



ESTADO DE GOIÁS SECRETARIA-GERAL DA GOVERNADORIA

Resolução CEE/CEP N .24, de 27 de fevereiro de 2020

Dispõe sobre a **de autorização** do Curso Técnico em **Secretaria Escolar/Presencial**, do **Instituto Tecnológico do Estado de Goiás Maria Sebastiana da Silva - ITEGO** – Porangatu/GO e dá outras providências.

A CÂMARA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, ao deliberar sobre o Processo N. **201814304010416** e com base no Parecer CEE/CEP N. 23, de 27 de fevereiro de 2020,

RESOLVE:

- Art. 1º Autorizar o Curso Técnico em Secretaria Escolar, pertencente ao Eixo Tecnológico Apoio Educacional, no Instituto Tecnológico do Estado de Goiás Maria Sebastiana da Silva, mantido pelo Poder Público Estadual, Secretaria de Desenvolvimento e Inovação, localizado na Avenida Mutunópolis, Zona Urbana, Setor Jardim Brasília, Porangatu/GO, até a conclusão das turmas em andamento.
- **Art. 2º Aprovar** o plano de **Curso Técnico em Secretaria Escolar** com carga horária total de 1.300 horas teórico práticas e as seguintes qualificações:
 - Auxiliar Administrativo 450h teórico práticas;
 - Auxiliar de Secretaria Escolar 420h teórico práticas.
- **Art. 3º Determinar** a inserção do Ato Autorizativo do Curso em epígrafe no SISTEC Sistema Nacional de Cursos Técnicos para efeito de validade nacional dos diplomas expedidos.
- **Art. 4º Determinar** que seja feito, no SISTEC/MEC o registro do Diploma, antes de ser ele entregue ao aluno, apondo-lhe no verso "Diploma registrado no SISTEC/MEC sob nº...../ano....., de acordo com o Art.36-D, da Lei N.9394/96 e Resolução CNE N.03, de 30/09/2009".
 - Art. 5º A presente Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS, em Goiânia, aos 27 dias do mês de fevereiro de 2020.

José Teodoro Coelho – Presidente

Eduardo de Oliveira Silva - Vice-Presidente

Brandina Fátima Mendonça de Castro Andrade

Eduardo Mendes Reed

Elcivan Gonçalves França

Eliana Maria França Carneiro

Flávio Roberto de Castro

Gláucia Maria Teodoro Reis

Guaraci Silva Martins Gidrão

Izekson José da Silva

Jaime Ricardo Ferreira

Jorge de Jesus Bernardo

José Leopoldo da Veiga Jardim Filho

Júlia Lemos Vieira

Manoel Barbosa dos Santos Neto

Márcia Rocha de Souza Antunes

Marcos Elias Moreira

Maria do Rosário Cassimiro

Maria Ester Galvão de Carvalho

Orestes dos Reis Souto

Railton Nascimento Souza

Sebastião Lázaro Pereira

Willian Xavier Machado



Documento assinado eletronicamente por **JOSE TEODORO COELHO**, **Conselheiro (a)**, em 05/03/2020, às 10:16, conforme art. 2°, § 2°, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3°B, I, do Decreto n° 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php? acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 000011874443 e o código CRC EBA05EF5.

COORDENAÇÃO DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL RUA 23 63 - Bairro SETOR CENTRAL - CEP 74015-120 - GOIANIA - GO - S/C (62)3201-





SEI 000011874443





SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE GOIÁS GABINETE DE GESTÃO DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO TECNOLÓGICA INSTITUTO TECNOLÓGICO DO ESTADO DE GOIÁS MARIA SEBASTIANA DA SILVA

PLANO DE CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM SECRETARIA ESCOLAR MODALIDADE: PRESENCIAL

PORANGATU 2018



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA, DA INSTITUIÇÃO E DO CONSELHO DIRETOR

1. MANTENEDORA: SEC TECNOLÓGICO E DE AGRI			ICO, CIENTÍFICO E
1 1 Endouges	Palácio Pedro Ludov	ico Teixeira. Rua 82	, nº 400, 5º andar,
1.1. Endereço	Ala Leste, Setor Cent	ral – 74.015-908	
1.2. Telefone/Fax	(62) 3201.5443		
1.3. E-mail de contato	gabinetedegestao@s	ed.go.gov.br	
1.4. Sítio	www.sed.go.gov.br		
1.5. CNPJ	21.652.711/0001-10		
2. INSTITUIÇÃO: INSTITUTO TECNOLÓGICO DO ESTADO DE GOIÁS MARIA			
SEBASTIANA DA SILVA			
2.1. Esfera	Estadual		
Administrativa	Estauuai		
2.2. Endereço	Av. Mutunópolis s/nº, Zona Urbana, Setor Jardim Brasília -		
2.2. Endereço	Porangatu-GO - CEP:	76.550-000	
2.3. Telefone/Fax	(62) 3362-5800 / 580	2	
2.4. Lei de Criação e	Lei nº 18.931	de 08 de	julho de 2015
Denominação	"Cria e denomina os Institutos Tecnológicos de Goiás –		
Denominação	ITEGOs e dá outras p	rovidências"	
2.5. E-mail de contato	ITEGO-porangatu@sed.go.gov.br		
2.6. Sítio da unidade	www.sed.go.gov.br		
2.7. Códigos de	SISTEC	INEP	IBGE
identificação:	22009 52200400 5218003		
3. UNIDADE EXECUTORA:	CENTRO DE EDUCAÇÃ	ÓO PROFISSIONAL D	E PORANGATU
3.1. CNPJ	10.898.339/0001-00		

PORANGATU 2018



DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO – QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Habilitação	Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar
Eixo Tecnológico	Desenvolvimento Educacional e Social
Forma (s) de oferta	Concomitante e Subsequente
Modalidade de Oferta	Presencial
Regime de Funcionamento	Etapas
Duração do Curso	22 meses
Número de turmas	06
Número Máximo de Vagas por turma	25
Total de Vagas	150

ESTRUTURA		IDENTIFICAÇÃO: Saídas Intermediárias e de Práticas Profissionais	CBO/CNCT	HORAS
ETAPA 1	QUALIFICAÇÃO	Auxiliar Administrativo	CBO-4110-05	450
ETAPA 2	QUALIFICAÇÃO	Auxiliar de Secretaria Escolar	CNTC	420
ЕТАРА 3	HABILITAÇÃO	Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar	3515-05	330
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)				100
CARGA HORÁRIA TOTAL				

Para obtenção da Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio em Secretaria Escolar

(E1 + E2 + E3 + TCC = 1.300 horas)





SUMÁRIO

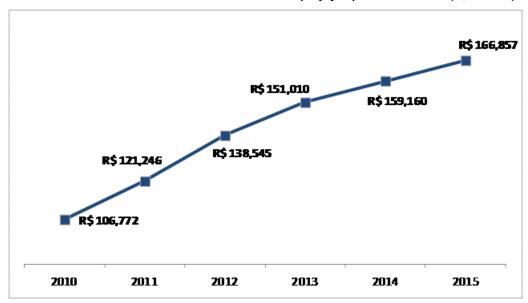
1.JUS	TIFICATIVA	5
2.	FILOSOFIA E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO	. 25
2.1 2.1.1	OBJETIVOS DO CURSO OBJETIVO GERAL OBJETIVOS ESPECÍFICOS	.31
	REQUISITOS DE ACESSO	
3.	INDICATIVO DE VAGAS E TURMAS	
4.		
	RFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	
	OPOSTA PEDAGÓGICA	
	ATRIZ CURRICULAR	
	RGANIZAÇÃO CURRICULAR	
	DSSIBILIDADES DE SAÍDAS INTERMEDIÁRIAS	
6.5. FLEXII	ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E METODOLOGIA INCLUINDO A RELAÇÃO TEORIA/PRÁTICA; BILIDADE, INTERDISCIPLINARIDADE E CONTEXTUALIZAÇÃO, E ARTICULAÇÃO ENTRE OS MÓDULOS TAPAS	
	RONOGRAMA DO CURSO	
7. CR CONH	ITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DA AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM E DE APROVEITAMENTO DE IECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	.66
7.1. C	RITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DA AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM	.66
	7.1.1 Da recuperação	
7	'.1.2. Da dependência	. 68
7.2. C	RITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	. 69
	STALAÇÕES FÍSICAS, EQUIPAMENTOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS, BIBLIOTECA, PLANTA BAIXA ADRO DE OCUPAÇÃO DAS SALAS	.70
8.1. IN	NSTALAÇÕES FÍSICAS, EQUIPAMENTOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS	.70
8.2 IN	STALAÇÕES FÍSICAS, EQUIPAMENTOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS	. 71
	IBLIOTECA	
8.4 PL	ANTA BAIXA DO ITEGO	.76
8.5 Q		
	uadro de Ocupação das Salas	
		.78
9. PES	uadro de Ocupação das Salas	. 78 . 78
9. PES	uadro de Ocupação das Salas	. 78 . 7 8 . 8 1
9. PES 10. PF 11. CE	UADRO DE OCUPAÇÃO DAS SALAS	. 78 . 78 . 8 1 . 8 2
9. PES 10. PF 11. CE 1	UADRO DE OCUPAÇÃO DAS SALAS SSOAL DOCENTE E TÉCNICO ROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA ERTIFICADOS E DIPLOMAS	. 78 . 78 . 81 82



1.JUSTIFICATIVA

É de relevante importância situar o estado de Goiás. Sendo assim, em relação à economia, de uma forma geral, de acordo com o Instituto Mauro Borges (IMB), as mudanças estruturais vêm ocorrendo nas atividades produtivas de Goiás. Embora com taxas de crescimento menores do que as demais atividades, a indústria tem alterado a estrutura produtiva da economia goiana, bem como o ganho de participação entre os grandes setores. Em período recente, as cadeias produtivas sucroalcooleira e automotiva têm impulsionado o setor industrial do estado, bem como a formação de polos industriais como os de Anápolis e Catalão e o agroindustrial em Rio Verde.

O alto crescimento do setor industrial ocorre por conta de alguns fatores, entre eles se destacam: a localização do estado no território nacional; a produção e exploração de algumas matérias-primas, principalmente de origem agropecuária e extrativa, juntamente com a integração da agroindústria com a agropecuária moderna.



Valor do Produto Interno Bruto de Goiás 2010-13 e projeção para 2014 e 2015 (R\$ bilhões)

Fonte: Instituto Mauro Borges - *PIB de 2014 e 2015 estimado pela metodologia do PIB trimestral.

Na agricultura, Goiás figura entre os maiores produtores em nível nacional de soja, sorgo, milho, feijão, cana-de-açúcar e algodão. O ótimo desempenho do setor agropecuário vem ocorrendo graças ao processo de modernização agrícola, principalmente a partir dos anos 1980.

Na pecuária, o estado é destaque em rebanho bovino e está entre os maiores produtores nacionais de suínos, equinos, aves, leite e ovos, além do que se mostra bastante competitivo no abate de bovinos, suínos e aves.



Ainda, as atividades agropecuárias e minerais são destaques na produção de *commodities* para exportação, sendo que, historicamente, em média, 75% das exportações goianas são compostas por produtos ligados a soja, carnes e minérios.

O setor de serviços ainda é o maior gerador de renda e empregos no estado. Nessa atividade, o comércio tem peso relevante na economia goiana, tanto o comércio varejista como o atacadista. Este último tem se beneficiado da localização estratégica de Goiás como centro de distribuição para o resto do país, principalmente Norte e Nordeste. Tudo isso contribui para que Goiás seja a nona economia entre os estados brasileiros.

O Produto Interno Bruto (PIB) goiano cresceu significativamente no período recente, entretanto, o crescimento em termos *per capita* ainda não foi suficiente para alcançar a média nacional. Não contribui para um melhor desempenho nesse aspecto o crescimento da população no estado, já que Goiás vem apresentando taxas geométricas de crescimento populacional acima da média nacional tendo como fator explicativo a migração proveniente de outras unidades da Federação.

Para melhor situar a região e o ITEGO, será utilizado o conceito da Microrregião.

Dessa forma, pode-se dizer que Microrregião é, de acordo com a Constituição Brasileira de 1988, um agrupamento de municípios limítrofes. Sua finalidade é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual. O objetivo dessa divisão é de subsidiar o sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias; subvencionar o planejamento, estudos e identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais. Assim, o mapa ao lado mostra as microrregiões de Goiás.



De acordo com dados estatísticos atualizados do IMB e de outros órgãos governamentais (IBGE e Ministério do Trabalho e Emprego), localizaremos a Microrregião de Porangatu, de acordo com aspectos demográficos, econômicos, físicos e socioculturais, entre outros aspectos, para assim, justificar a implementação do curso neste local.

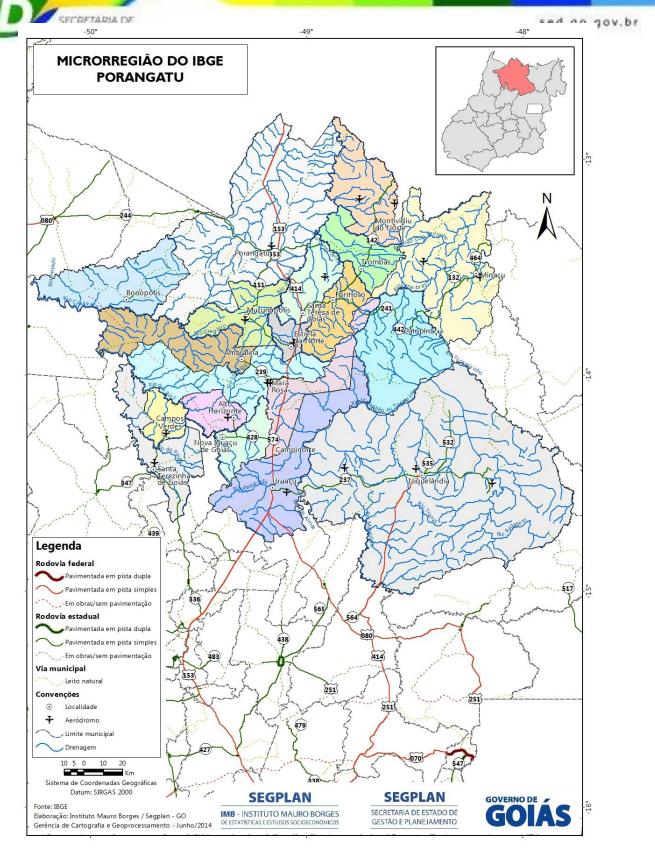
No que tange a demografia, a Microrregião de Porangatu possui 35.172,04 km² de área total, com distribuição em 19 municípios, que são: Alto Horizonte, Amaralina, Bonópolis, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Estrela do Norte, Formoso, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Mutunópolis, Niquelândia, Nova Iguaçu de Goiás, Porangatu, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Trombas e Uruaçu.

GOIÁS

Na tabela vemos a área territorial e a população da microrregião e pode-se perceber que as maiores áreas territoriais e populações são de Niquelândia e Porangatu.

ÁREA TERRITOR	IAL (Km²)		POPULAÇ	ÃO ESTIMADA	A - TOTAL (H	ABITANTES)		
MUNICÍPIO	2015	MUNICÍPIO	1992	1997	2002	2006	2012	2016
Alto Horizonte	503,764	Alto Horizonte	2.144	2.621	2.652	2.872	4.799	5.629
Amaralina	1.343,17	Amaralina	-	2.752	3.088	3.123	3.489	3.723
Bonópolis	1.628,49	Bonópolis	-	2.653	2.591	2.572	3.640	4.069
Campinaçu	1.974,38	Campinaçu	4.403	3.755	3.544	3.133	3.649	3.741
Campinorte	1.067,19	Campinorte	8.291	8.801	9.932	10.664	11.333	12.198
Campos Verdes	441,645	Campos Verdes	17.238	12.736	6.249	1.707	4.562	3.631
Estrela do Norte	301,642	Estrela do Norte	3.428	3.531	3.400	3.406	3.309	3.382
Formoso	844,289	Formoso	6.043	5.789	5.469	5.168	4.777	4.674
Mara Rosa	1.687,91	Mara Rosa	15.781	11.698	11.760	11.311	10.455	10.320
Minaçu	2.860,74	Minaçu	32.743	36.149	33.886	34.584	30.784	30.862
Montividiu do Norte	1.333,00	Montividiu do Norte	2.417	2.650	4.068	4.769	4.173	4.417
Mutunópolis	955,875	Mutunópolis	3.980	4.416	3.936	3.880	3.833	3.911
Niquelândia	9.843,25	Niquelândia	41.314	35.059	38.115	36.963	42.933	45.582
Nova Iguaçu de Goiás	628,444	Nova Iguaçu de Goiás	3.342	2.748	2.620	2.302	2.839	2.953
Porangatu	4.820,52	Porangatu	41.604	38.740	39.833	40.436	42.773	45.055
Santa Tereza de Goiás	794,556	Santa Tereza de Goiás	5.079	5.221	4.612	4.398	3.889	3.761
Santa Terezinha de Goiás	1.202,24	Santa Terezinha de Goiás	17.150	12.836	11.067	8.684	10.044	9.747
Trombas	799,125	Trombas	3.955	3.514	3.309	2.993	3.455	3.567
Uruaçu	2.141,82	Uruaçu	35.141	33.672	33.446	33.235	37.443	39.787
TOTAL: 19	35.172,04	TOTAL: 19	244.053	229.341	223.577	216.200	232.179	241.009

Esses municípios são distribuídos conforme o mapa a seguir:



Em um contexto da qualidade de vida da população, temos abaixo o Coeficiente de Gini, que consiste em um número entre 0 e 1. Quando o valor deste coeficiente é 0 corresponde à completa igualdade (no caso do rendimento, por exemplo, toda a população recebe o mesmo salário) e 1 corresponde à completa desigualdade (em que uma pessoa



recebe todo o rendimento e as demais nada recebem). Nesse contexto, 2/3 de toda a microrregião está igual ou melhor que a média estadual.

ÍNDICE DE GINI			
MUNICÍPIO	1991	2000	2010
Alto Horizonte	0,55	0,58	0,50
Amaralina	0,64	0,62	0,56
Bonópolis	0,54	0,60	0,43
Campinaçu	0,53	0,57	0,56
Campinorte	0,59	0,56	0,49
Campos Verdes	0,54	0,63	0,47
Estrela do Norte	0,53	0,55	0,48
Formoso	0,56	0,61	0,57
Mara Rosa	0,62	0,58	0,49
Minaçu	0,55	0,54	0,55
Montividiu do Norte	0,56	0,63	0,57
Mutunópolis	0,56	0,57	0,55
Niquelândia	0,54	0,63	0,54
Nova Iguaçu de Goiás	0,59	0,63	0,40
Porangatu	0,56	0,72	0,57
Santa Tereza de Goiás	0,54	0,61	0,53
Santa Terezinha de Goiás	0,55	0,59	0,52
Trombas	0,52	0,54	0,53
Uruaçu	0,58	0,58	0,58
Estado de Goiás	0,58	0,61	0,56

Abaixo está o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior será o desenvolvimento humano. Sendo assim, somente Uruaçu tem IDHM melhor que a média estadual.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM)						
MUNICÍPIO 1991 2000 2010						
Alto Horizonte	0,342	0,557	0,719			
Amaralina	0,264	0,484	0,609			
Bonópolis	0,261	0,451	0,630			
Campinaçu	0,373	0,494	0,631			
Campinorte	0,389	0,547	0,688			
Campos Verdes	0,320	0,519	0,654			
Estrela do Norte	0,431	0,550	0,707			



				GO
SE	SECRETARIA DE			sad on on
	Formoso	0,467	0,576	0,715
	Mara Rosa	0,415	0,540	0,691
	Minaçu	0,434	0,559	0,707
	Montividiu do Norte	0,310	0,451	0,613
	Mutunópolis	0,379	0,528	0,680
	Niquelândia	0,374	0,555	0,715
	Nova Iguaçu de Goiás	0,306	0,514	0,655
	Porangatu	0,456	0,602	0,727
	Santa Tereza de Goiás	0,428	0,587	0,665
	Santa Terezinha de Goiás	0,412	0,549	0,701
	Trombas	0,376	0,566	0,653
	Uruaçu	0,454	0,578	0,737
	Estado de Goiás	0,487	0,615	0,735

Abaixo estão os dados concernentes para a educação, no que tange as matrículas relacionadas aos anos finais do ensino básico.

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - TOTAL (ALUNOS)					
MUNICÍPIO	2000	2004	2008	2012	2015
Alto Horizonte	-	-	-	-	-
Amaralina	-	-	-	-	-
Bonópolis	-	-	-	-	-
Campinaçu	-	-	-	-	-
Campinorte	-	-	-	-	-
Campos Verdes	-	-	-	-	-
Estrela do Norte	-	-	-	-	-
Formoso	-	-	-	-	-
Mara Rosa	-	-	-	-	-
Minaçu	-	207	350	793	761
Montividiu do Norte	-	-	-	-	-
Mutunópolis	-	-	-	-	-
Niquelândia	-	430	620	757	882
Nova Iguaçu de Goiás	-	-	-	-	-
Porangatu	-	42	63	388	288
Santa Tereza de Goiás	-	-	-	-	-
Santa Terezinha de Goiás	-	-	-	96	17
Trombas	-	-	-	-	-
Uruaçu	-	-	-	94	415





TOTAL: 19 0 679 1.033 2.128 2.363

MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO - TOTAL (ALUNOS)					
MUNICÍPIO	2000	2004	2008	2012	2015
Alto Horizonte	106	89	174	227	204
Amaralina	121	161	131	142	105
Bonópolis	90	147	200	150	139
Campinaçu	123	193	166	173	153
Campinorte	522	660	491	479	468
Campos Verdes	507	526	344	282	195
Estrela do Norte	193	159	152	144	147
Formoso	259	342	228	230	186
Mara Rosa	668	490	501	463	430
Minaçu	2.072	2.123	1.675	1.405	1.338
Montividiu do Norte	153	160	220	200	183
Mutunópolis	148	152	188	190	177
Niquelândia	2.822	2.553	2.130	1.963	1.520
Nova Iguaçu de Goiás	187	170	137	154	147
Porangatu	2.283	2.506	2.134	2.050	1.738
Santa Tereza de Goiás	368	172	151	163	134
Santa Terezinha de Goiás	676	676	457	433	379
Trombas	195	238	199	184	99
Uruaçu	2.201	1.890	1.624	1.717	1.827
TOTAL: 19	13.694	13.407	11.302	10.749	9.569

Abaixo temos a Taxa de Alfabetização, que indica a percentagem de alfabetização. Esta consiste no percentual das pessoas acima de 10 anos de idade que são alfabetizadas, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples - da população de um determinado local. Essa medida é um dos indicadores de desenvolvimento de um país, a Organização das Nações Unidas (ONU) serve como fator para calcular o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nesse quesito, nenhum município está acima da média estadual.





SECRETARIA DE	sec
DESENVOLVIMENTO	5 6

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (%)										
MUNICÍPIO	1991	2000	2010							
Alto Horizonte	-	86,1	88,60							
Amaralina	-	79,7	85,59							
Bonópolis	-	81,5	83,16							
Campinaçu	72,3	80,5	87,92							
Campinorte	80,4	83,8	89,29							
Campos Verdes	69,6	81,7	82,58							
Estrela do Norte	78,6	81,1	85,82							
Formoso	80,1	84,8	88,06							
Mara Rosa	72,7	82,3	85,79							
Minaçu	80,0	86,9	87,76							
Montividiu do Norte	-	80,9	84,66							
Mutunópolis	76,3	80,4	84,03							
Niquelândia	74,5	84,4	88,81							
Nova Iguaçu de Goiás	-	84,3	90,46							
Porangatu	80,5	87,0	90,43							
Santa Tereza de Goiás	77,0	84,7	87,24							
Santa Terezinha de Goiás	79,1	83,0	86,94							
Trombas	73,7	83,2	84,04							
Uruaçu	78,6	85,7	89,92							
Estado de Goiás	82,2	89,2	92,68							

No âmbito econômico serão mostrados diversos dados. A tabela a seguir mostra o PIB per capita, que é o Produto Interno Bruto (PIB), dividido pela quantidade de habitantes de um país. O PIB é a soma de todos os bens de um país, quanto maior o PIB, mais demonstra o quanto esse país é desenvolvido, e podem ser classificados entre países pobres, ricos ou em desenvolvimento. Nesse caso, pode-se perceber a melhora considerável durante os anos, e dessa forma, somente três cidades estão com média acima da estadual, destacando o município de Alto Horizonte, que tem um valor quase cinco vezes maior.

sed on now br

PRODUTO INTERNO BRUTO per capita (R\$)

TRODOTO INTERINO DIROTO per capita (13)												
MUNICÍPIO	2010	2011	2012	2013								
Alto Horizonte	176.061,50	188.263,37	178.150,45	109.786,77								
Amaralina	9.643,44	10.491,68	12.129,29	13.333,52								
Bonópolis	10.913,37	11.433,35	14.964,43	16.335,21								
Campinaçu	8.479,47	9.703,71	11.237,98	12.748,64								
Campinorte	10.295,15	12.670,45	14.399,89	15.374,52								
Campos Verdes	6.449,57	7.107,91	8.268,35	9.867,55								
Estrela do Norte	9.483,79	13.125,15	10.775,74	12.834,80								
Formoso	6.972,32	8.101,45	8.179,71	9.522,91								
Mara Rosa	9.288,44	10.162,03	11.942,31	13.250,62								
Minaçu	29.890,45	36.244,15	39.299,25	31.548,67								
Montividiu do Norte	8.057,30	8.442,22	9.654,23	10.698,46								
Mutunópolis	8.060,35	9.077,41	9.646,95	10.369,14								
Niquelândia	21.148,14	28.426,35	27.405,94	24.491,91								
Nova Iguaçu de Goiás	7.524,52	8.316,17	9.680,61	9.818,96								
Porangatu	10.985,82	12.314,68	14.674,17	15.969,69								
Santa Tereza de Goiás	10.027,55	10.268,60	10.793,34	11.594,25								
Santa Terezinha de Goiás	6.917,99	8.443,90	9.082,20	10.512,29								
Trombas	7.213,12	7.991,34	10.219,31	9.302,04								
Uruaçu	11.931,28	12.582,35	15.387,86	15.595,22								
Estado de Goiás	17.783,32	19.939,47	22.509,40	23.470,48								

A tabela abaixo diz respeito ao valor do PIB calculado a preços correntes, ou seja, no ano em que o produto foi produzido e comercializado. Nesse sentido, as melhores performances estão em Niquelândia, Minaçu, Porangatu e Uruaçu.

PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CORRENTES - PIB (R\$ MIL)											
MUNICÍPIO	2010	2011	2012	2013							
Alto Horizonte	793.157	876.178	854.944	564.304							
Amaralina	33.019	36.322	42.319	48.334							
Bonópolis	38.230	40.851	54.471	62.695							
Campinaçu	30.984	35.448	41.007	47.744							
Campinorte	114.431	142.213	163.194	181.527							
Campos Verdes	32.390	34.026	37.720	43.072							
Estrela do Norte	31.467	43.510	35.657	43.548							
Formoso	34.102	39.122	39.074	46.043							



SECRETARIA DE				sed on a
Mara Rosa	99.006	107.209	124.857	140.589
Minaçu	931.058	1.122.336	1.209.788	990.123
Montividiu do Norte	33.148	35.018	40.287	46.271
Mutunópolis	30.968	34.866	36.977	40.730
Niquelândia	896.258	1.212.441	1.176.619	1.090.870
Nova Iguaçu de Goiás	21.264	23.560	27.483	28.730
Porangatu	465.316	524.211	627.658	706.898
Santa Tereza de Goiás	40.020	40.479	41.975	45.484
Santa Terezinha de Goiás	71.283	85.883	91.222	106.616
Trombas	24.777	27.602	35.308	33.050
Uruaçu	440.849	467.938	576.167	605.937
TOTAL: 19	4.161.727	4.929.213	5.256.727	4.872.565

Os dados abaixo mostram a atividade econômica da microrregião, desagregado por municípios, bem como uma diversidade de dados complementares. Percebe-se que o setor com maior participação foi a Indústria, seguida pelo setor de Serviços, depois Administração Pública, e por fim, Agropecuária.

	VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS - SERVIÇOS (R\$ MIL)			VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS - INDÚSTRIA (R\$ MIL)			ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS - AGROPECUÁRIA (R\$ MIL)			BRUTO A PREÇOS BÁSICOS - AGROPECUÁRIA			ADICIO BRUTO A BÁSI ADMINI	LOR ONADO A PREÇOS ICOS - STRAÇÃO A (R\$ MIL)
MUNICÍPIO	2010	2013		2010	2013		2010	2013		2010	2013			
Alto Horizonte	155.632	141.653		584.324	388.064		8.601	11.941		16.324	31.131			
Amaralina	14.105	20.280		975	1.611		16.816	25.089		9.736	14.037			
Bonópolis	13.916	21.551		1.281	2.727		21.802	36.306		9.078	12.554			
Campinaçu	16.568	26.151		1.322	2.265		12.035	17.359		10.594	16.109			
Campinorte	74.319	113.764		9.958	14.593		19.127	38.241		23.701	34.376			
Campos Verdes	22.937	29.837		1.879	2.430		6.269	9.023		13.643	17.136			
Estrela do Norte	20.949	27.571		3.304	4.927		4.358	8.030		9.709	13.664			
Formoso	20.828	28.453		2.084	2.966		9.771	13.080		11.501	16.721			
Mara Rosa	54.823	78.473		7.081	11.736		28.638	42.823		25.548	34.164			
Minaçu	197.244	308.114		676.141	608.252		17.398	22.327		79.812	121.425			



Montividiu do 12.934 18.575 23.635 2.620 2.423 10.938 16.562 15.549 Norte Mutunópolis 15.374 22.004 1.382 2.095 12.789 15.592 10.908 15.356 450.957 Niquelândia 353.692 378.500 412.519 73.035 163.597 117.323 148.711 Nova Iguaçu 11.896 15.735 1.144 1.312 7.643 10.927 8.552 10.885 de Goiás Porangatu 318.268 443.467 50.868 116.508 52.811 85.014 101.853 130.447 Santa Tereza 25.396 28.892 2.708 2.414 9.308 11.539 11.421 14.808 de Goiás Santa Terezinha de 48.130 71.977 4.287 5.753 15.732 23.530 23.796 30.981 Goiás **Trombas** 15.587 19.854 1.094 1.400 10.758 10.210 13.485 7.139 Uruaçu 309.297 415.250 42.100 59.586 41.090 77.519 84.303 114.794 TOTAL: 19 1.705.523 2.287.618 1.773.052 1.643.581 377.296 641.270 588.950 806.333

Produção da Microrregião de Porangatu e de seus Municípios - 2010 a 2013 (IMB).

As tabelas abaixo são relacionadas ao emprego. Dessa forma, o número de empregos (postos de trabalho) correspondes ao total de vínculos empregatícios ativos, e como vínculo empregatício entende-se a relação de emprego mantida com o empregador durante o anobase, que se estabelece sempre que ocorrer trabalho remunerado com submissão hierárquica ao empregador e horário preestabelecido por este. Esta relação pode ser regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou pelo Regime Jurídico Único, no caso de empregado estatutário. O número de empregos aumentou em praticamente todas as cidades e isso mostra que os egressos possuirão saídas para o mercado de trabalho.

EN	IPREGOS -	TOTAL (N	ÚMERO)			
MUNICÍPIO	1999	2003	2007	2011	2013	2015
Alto Horizonte	98	175	1.038	1.696	1.989	2.060
Amaralina	82	178	322	269	300	284
Bonópolis	202	261	408	460	497	567
Campinaçu	15	48	292	350	376	346
Campinorte	334	652	929	1.194	1.290	1.296
Campos Verdes	226	343	326	508	606	477
Estrela do Norte	190	261	370	525	442	419
Formoso	220	274	339	362	380	404
Mara Rosa	584	695	1.051	1.077	1.237	1.141
Minaçu	2.219	3.493	2.996	3.793	4.110	4.222
Montividiu do Norte	110	184	267	302	322	307

SELEPTARIA DE						sed on or
Mutunópolis	181	238	252	308	409	382
Niquelândia	3.138	4.849	6.624	6.902	6.896	6.993
Nova Iguaçu de Goiás	115	160	213	263	224	221
Porangatu	2.913	3.581	4.167	5.809	6.337	6.195
Santa Tereza de Goiás	250	311	348	388	441	434
Santa Terezinha de Goiás	489	657	783	936	914	967
Trombas	164	161	238	276	101	340
Uruaçu	1.854	2.435	3.796	5.527	5.895	5.794
TOTAL: 19	13.384	18.956	24.759	30.945	32.766	32.849

^{*} O valor obtido é a soma dos subsetores: Indústria de Extração de Minerais; Indústria de Transformação; Serviços Industriais de Utilidade Pública; Construção Civil; Comércio; Serviços; Administração Pública Direta e Indireta; Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca; e Atividade não Especificada ou Classificada.

A tabela a seguir mostra o rendimento médio que é determinado pela divisão da massa salarial pelo número de empregos. Quando se fala em número de empregos (postos de trabalho) corresponde ao total de vínculos empregatícios ativos. Nesse contexto, há também o aumento da remuneração média da microrregião, entretanto, somente Alto Horizonte e Minaçu ficaram acima da média estadual.

	REN	DIMENTO	MÉDIO (R	\$)		
MUNICÍPIO	1999	2003	2007	2011	2013	2015
Alto Horizonte	210,42	409,77	1.547,00	2.146,09	2.568,67	2.887,23
Amaralina	207,35	437,59	634,81	928,86	1.160,90	1.548,48
Bonópolis	268,73	448,39	693,49	1.006,10	1.272,93	1.573,54
Campinaçu	244,04	465,08	627,41	941,34	1.245,83	1.489,30
Campinorte	299,61	389,96	583,32	977,85	1.188,11	1.418,28
Campos Verdes	310,87	514,07	754,4	837,07	804,88	1.167,97
Estrela do Norte	271,88	438,86	611,61	1.181,99	1.049,34	1.501,70
Formoso	266,40	417,59	642,00	974,27	1.379,40	1.397,36
Mara Rosa	285,81	468,78	667,55	1.019,42	1.219,27	1.454,97
Minaçu	587,00	831,18	1.015,67	1.587,07	2.016,60	2.211,60
Montividiu do Norte	230,04	411,16	667,5	1.000,72	1.418,74	1.643,85
Mutunópolis	230,75	372,44	650,8	1.011,20	1.257,65	1.553,65
Niquelândia	524,16	719,79	1.130,01	1.629,93	1.912,09	2.144,84
Nova Iguaçu de Goiás	188,30	397,53	660,68	885,73	1.206,10	1.431,25
Porangatu	324,50	453,12	693,07	1.023,07	1.266,52	1.507,07
Santa Tereza de Goiás	225,61	432,26	596,1	955,6	1.231,89	1.431,15
Santa Terezinha de Goiás	251,15	360,21	626,3	957,45	1.247,85	1.421,69
Trombas	219,99	392,68	607,85	1.019,50	1.059,87	1.448,55



sed on nov.br

SECDETARIA DE Uruaçu

Uruaçu 323,30 466,55 710,98 1.056,21 1.315,21 1.625,49 Estado de Goiás 492,33 699,3 1.028,24 1.467,99 1.849,14 2.186,88

A tabela a seguir mostra os empregos formais entre 2014 e 2015, por setor de atividade econômica e por município, ao final, encontramos o total da microrregião. Assim, a maior parte dos empregos formais na microrregião foi originada do Setor de Administração Pública, seguido por Comércio, Serviços e, por fim, Agropecuária. As cidades que mais geraram empregos foram: Porangatu, Niquelândia, Uruaçu e Minaçu, conforme dados registrados.

Número	Número de Empregos Formais em 31/12, Variação Absoluta nos anos de 2015 e 2014 por Setor de Atividade Econômica													
	Al Horiz	to zonte		Amar	alina		Bonó	polis		Campinaçu			Camı	oinorte
IBGE Setor	2015	2014		2015	2014		2015	2014		2015	2014		2015	2014
1 - Extrativa Mineral	615	528											6	19
2 - Indústria de Transformação	262	273		9	5		4	4					113	164
3 - Serviços industriais de utilidade pública	3	5											1	1
4 - Construção Civil	260	227											14	15
5 - Comércio	191	217		1	3		22	25		23	24		419	410
6 - Serviços	108	145		6	12		3	4		8	7		233	212
7 - Administração Pública	565	841		205	211		247	290		261	284		412	433
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	56	50		63	76		291	289		54	50		98	94
Total	2.060	2.286		284	307		567	612		346	365		1.296	1.348
	Cam Ver	•		Estre No			Forn	noso		Mara Rosa			Mi	naçu
IBGE Setor	2015	2014		2015	2014		2015	2014		2015	2014		2015	2014
1 - Extrativa Mineral	17	14					26	0		4	3		556	652



											GOIA
SE	2 - Indústria de Transformação	59	105	133	124	4	3	178	187	135	174
	3 - Serviços industriais de utilidade pública									191	197
	4 - Construção Civil			0	12	3	8	7	6	288	424
	5 - Comércio	41	38	29	34	88	78	214	189	810	779
	6 - Serviços	38	22	15	15	18	18	138	135	696	673
	7 - Administração Pública	286	300	187	180	226	224	374	414	1.453	1.471
	8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	36	32	55	45	39	46	226	234	93	81
	Total	477	511	419	410	404	377	1.141	1.168	4.222	4.451
		No	ridiu do rte		ópolis		lândia		guaçu ioiás		angatu
	IBGE Setor			Mutun 2015	ópolis 2014	Nique 2015	lândia 2014			Pora 2015	angatu 2014
	1 - Extrativa Mineral	No	rte					de G	ioiás		
	1 - Extrativa Mineral 2 - Indústria de Transformação	No 2015	rte 2014			2015	2014	de G	ioiás		
	1 - Extrativa Mineral 2 - Indústria de	No 2015 40	2014 40	2015	2014	2015 964	2014 971	de G 2015	2014	2015	2014
	1 - Extrativa Mineral 2 - Indústria de Transformação 3 - Serviços industriais de utilidade	No 2015 40	2014 40	2015	2014	2015 964 542	971 626	de G 2015	2014	951	1.014
	1 - Extrativa Mineral 2 - Indústria de Transformação 3 - Serviços industriais de utilidade pública 4 - Construção	No 2015 40 84	102 41 369	8	6	2015 964 542 2	971 626 2	10 14	17 0 10	951 35 58 1.918	1.014
	1 - Extrativa Mineral 2 - Indústria de Transformação 3 - Serviços industriais de utilidade pública 4 - Construção Civil 5 - Comércio 6 - Serviços	No 2015 40 84 79	102 41	8	6	2015 964 542 2 779	2014 971 626 2 629	10 de 6	17 0	951 35 58	1.014 33 436
	1 - Extrativa Mineral 2 - Indústria de Transformação 3 - Serviços industriais de utilidade pública 4 - Construção Civil 5 - Comércio 6 - Serviços 7 - Administração Pública	No 2015 40 84 79 392	102 41 369	8 0 31	6 4 28	2015 964 542 2 779 952	2014 971 626 2 629 878	10 14	17 0 10	951 35 58 1.918	2014 1.014 33 436 1.873
	1 - Extrativa Mineral 2 - Indústria de Transformação 3 - Serviços industriais de utilidade pública 4 - Construção Civil 5 - Comércio 6 - Serviços 7 - Administração	No 2015 40 84 79 392 326	102 41 369 372	8 0 31 17	6 4 28 31	2015 964 542 2 779 952 1.631	2014 971 626 2 629 878 1.577	10 14 7	17 0 10 5	951 35 58 1.918 1.450	2014 1.014 33 436 1.873 1.519



SECRETARIA DE sed.go.gov.br DESERVO **TOTAL DA** Santa Santa Tereza Terezinha de **Trombas** Uruaçu **MICRORREGI** de Goiás ÃO Goiás **IBGE Setor** 1 - Extrativa mineral 2 - Indústria de transformação 3 - Serviços industriais de utilidade pública 4 - Construção Civil 5 - Comércio 2.163 2.264 6 - Serviços 1.356 1.443 7 -Administração 1.092 1.150 **Pública** 8 -Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca Total 5.794 6.629

Quantidade de empregos por Grandes Setores de Atividade, conforme dados do RAIS/2015.

A tabela a seguir apresenta as 100 ocupações que mais ofereceram postos de trabalho nos últimos cinco anos, bem como as remunerações médias e em salários mínimos (SMs), levando-se em conta a variação destes durante os anos.

	CBO 2002		rio Médio Adm.	Admissão	S	M
1	782510: Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	R\$	1.163,90	5338	R\$	1,63
2	717020: Servente de Obras	R\$	756,84	4749	R\$	1,06
3	621005: Trabalhador Agropecuário, em geral	R\$	867,32	3959	R\$	1,22
4	521110: Vendedor de Comércio Varejista	R\$	733,14	3833	R\$	1,03
5	411005: Auxiliar de Escritório, em geral	R\$	799,95	2873	R\$	1,12
6	514320: Faxineiro (Desativado em 2010)	R\$	751,40	1762	R\$	1,06
7	715210: Pedreiro	R\$	1.057,54	1543	R\$	1,49
8	725205: Montador de Máquinas	R\$	1.493,88	1476	R\$	2,10



	724315: Soldador	R\$	1.553,01	1474	ed.go R\$	2 18 L
10	521125: Repositor de Mercadorias	R\$	731,92	1316		1,03
11	784205: Alimentador de Linha de Produção	R\$	833,61	1288		1,17
12	421125: Operador de Caixa	R\$	774,17	1276		1,09
13	623110: Trabalhador da Pecuária (Bovinos de Corte)	R\$	918,72	1049	-	1,29
14	521135: Frentista	R\$	824,94	1035		1,16
15	783225: Ajudante de Motorista	R\$	750,31	1016	+ -	1,05
	514225: Trabalhador de Serviços de Limpeza e	- 4	<u> </u>	2.2		
16	Conservação de Áreas Públicas	R\$	839,60	942	R\$:	1,18
17	412205: Contínuo	R\$	744,74	929	R\$:	1,05
18	411010: Assistente Administrativo	R\$	987,50	927	R\$:	1,39
10	914405: Mecânico de Manutenção de Automóveis,	D¢	1 205 74	020	D¢ /	1.02
19	Motocicletas e Veículos Similares	R\$	1.295,74	920	R\$:	1,82
20	513435: Atendente de Lanchonete	R\$	716,67	856	R\$:	1,01
21	513205: Cozinheiro Geral	R\$	782,20	737	R\$:	1,10
22	414210: Apontador de Produção	R\$	811,12	625	R\$:	1,14
23	422105: Recepcionista, em geral	R\$	741,80	615	R\$:	1,04
24	828110: Oleiro (Fabricação de Tijolos)	R\$	728,44	613	R\$:	1,02
25	414105: Almoxarife	R\$	880,03	561	R\$:	1,24
26	911305: Mecânico de Manutenção de Máquinas, em	R\$	1.143,07	552	R\$:	1,61
	geral		1.1 13,07	332		1,01
27	724410: Caldeireiro (Chapas de Ferro e Acho)	R\$	1.696,08	493		2,38
28	641015: Tratorista Agrícola	R\$	1.123,47	487		1,58
29	715545: Montador de Andaimes (Edificações)	R\$	1.237,42	472		1,74
30	782310: Motorista de Furgão ou Veículo Similar	R\$	947,09	460	_	1,33
31	351605: Técnico em Segurança no Trabalho	R\$	1.609,96	447	R\$ 2	2,26
32	992225: Auxiliar Geral de Conservação de Vias	R\$	833,41	434	R\$:	1,17
	Permanentes (Exceto Trilhos)					
33	913110: Mecânico de Manutenção de Equipamento	R\$	1.725,24	425	R\$ 2	2,42
24	de Mineração	D¢	1 157 00	424	D¢ /	1.62
34 35	715615: Eletricista de Instalações 622020: Trabalhador Volante da Agricultura	R\$ R\$	1.157,89 895,50	424 424		1,63 1,26
36	848510: Açougueiro	R\$	971,05	395	-	1,36
37	517420: Vigia	R\$	867,45	366		1,22
38	142105: Gerente Administrativo	R\$	1.963,55	360	+ -	2,76
39	517330: Vigilante	R\$	912,76	350		1,28
40	252305: Secretária Executiva	R\$	752,69	342		1,06
41	521120: Demonstrador de Mercadorias	R\$	718,21	337		1,01
42	774105: Montador de Móveis e Artefatos de Madeira	R\$	802,05	334		1,13
43	782305: Motorista de Carro de Passeio	R\$	1.029,26	334		1,45
44	715115: Operador de Escavadeira	R\$	1.519,19	303		2,13
45	715505: Carpinteiro	R\$	1.221,29	300		1,72
46	513405: Garçom	R\$	713,16	293		1,00
47	410105: Supervisor Administrativo	R\$	1.419,30	282	+ -	1,99
			/			•



1	48	312320: Topógrafo	R\$	1.281,00	277	ed.g R\$	1,80
	49	514215: Varredor de Rua	R\$	817,43	274	R\$	1,15
	50	783210: Carregador (Armazém)	R\$	825,52	267	R\$	1,16
		783215: Carregador (Veículos de Transportes					
,	51	Terrestres)	R\$	731,45	264	R\$	1,03
	52	715315: Armador de Estrutura de Concreto Armado	R\$	1.135,69	261	R\$	1,60
	53	951105: Eletricista de Manutenção Eletroeletrônica	R\$	1.610,07	259	R\$	2,26
	54	715305: Armador de Estrutura de Concreto	R\$	1.094,21	253	R\$	1,54
	55	513315: Camareiro de Hotel	R\$	706,91	239	R\$	0,99
	56	413110: Auxiliar de Contabilidade	R\$	870,16	237	R\$	1,22
	57	784105: Embalador, a mão	R\$	743,38	235	R\$	1,04
	58	632120: Operador de Motosserra	R\$	836,97	226	R\$	1,18
	Ε0	773325: Operador de Máquina de Usinagem Madeira,	R\$	1.734,26	225	R\$	2,44
59	em geral	ĸγ	1./34,20	223	κŞ	2,44	
	60	710205: Mestre (Construção Civil)	R\$	2.579,04	224	R\$	3,62
	61	513505: Auxiliar nos Serviços de Alimentação	R\$	753,16	219	R\$	1,06
	62	828105: Oleiro (Fabricação de Telhas)	R\$	659,73	209	R\$	0,93
	63	519110: Motociclista no Transporte de Documentos e	R\$	801,72	207	R\$	1,13
		Pequenos Volumes		001,72	207		
	64	514325: Trabalhador da Manutenção de Edificações	R\$	755,14	204	R\$	1,06
	65	848305: Padeiro	R\$	1.018,19	204	R\$	1,43
_	66	422120: Recepcionista de Hotel	R\$	740,72	203	R\$	1,04
_	67	512105: Empregado Doméstico nos Serviços Gerais	R\$ R\$	741,76	199	R\$	1,04
	68	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		665,84	199	R\$	0,94
_	69	632125: Trabalhador de Extração Florestal, em geral		631,51	187	R\$	0,89
-	70	782515: Motorista Operacional de Guincho	R\$ R\$	1.258,57	179	R\$	1,77
	71	351505: Técnico em Secretariado		736,72	179	R\$	1,03
72	72	641010: Operador de Máquinas de Beneficiamento	R\$	1.189,16	175	R\$	1,67
		de Produtos Agrícolas					
,	73	725415: Mecânico Montador de Motores de Explosão	R\$	1.169,05	172	R\$	1,64
	74	e Diesel 142305: Gerente Comercial	R\$	1.440,49	170	R\$	2,02
_	7 4 75	848520: Magarefe	R\$	812,36	169	R\$	1,14
	,,	234520: Professor de Ensino Superior na Área de	יאו	812,30	109	۲۱۶	1,14
,	76	Prática de Ensino	R\$	593,81	168	R\$	0,83
		721215: Operador de Máquinas-Ferramentas					
,	77	Convencionais	R\$	1.310,93	166	R\$	1,84
	78	782410: Motorista de Ônibus Urbano	R\$	1.184,47	162	R\$	1,66
_	79	741105: Ajustador de Instrumentos de Precisão	R\$	605,02	162	R\$	0,85
	80	711245: Operador de Trator (Minas e Pedreiras)	R\$	1.732,56	159	R\$	2,43
-	81	521130: Atendente de Farmácia (Balconista)	R\$	804,75	159	R\$	1,13
	82	421305: Cobrador Externo	R\$	701,13	158	R\$	0,98
	83	421105: Atendente Comercial (Agência Postal)	R\$	717,15	158	R\$	1,01
	84	373205: Técnico em Operação de Equipamentos de	R\$	807,47	158	R\$	1,13
_			_	•	l		



						_
D	Produção para Televisão e Produtoras de Vídeo				ed.g	o.gov.
85	521105: Vendedor em Comércio Atacadista	R\$	930,84	157	R\$	1,31
86	622315: Trabalhador na Olericultura (Raízes, Bulbos e Tubérculos)	R\$	669,65	151	R\$	0,94
87	413225: Escriturário de Banco	R\$	1.804,19	149	R\$	2,53
88	716610: Pintor de Obras	R\$	1.017,17	146	R\$	1,43
89	711205: Operador de Caminhão (Minas e Pedreiras)	R\$	1.160,05	141	R\$	1,63
90	711215: Operador de Máquina Cortadora (Minas e Pedreiras)	R\$	1.452,87	141	R\$	2,04
91	513215: Cozinheiro Industrial	R\$	857,70	139	R\$	1,20
92	715220: Pedreiro (Material Refratário)	R\$	1.820,57	137	R\$	2,56
93	223405: Farmacêutico	R\$	2.361,05	136	R\$	3,32
94	521140: Atendente de Lojas e Mercados	R\$	833,75	134	R\$	1,17
95	715525: Carpinteiro de Obras	R\$	1.136,24	134	R\$	1,60
96	724440: Serralheiro	R\$	920,08	132	R\$	1,29
97	992115: Borracheiro	R\$	1.006,83	128	R\$	1,41
98	841505: Trabalhador de Tratamento do Leite e Fabricação de Laticínios e Afins	R\$	793,37	126	R\$	1,11
99	763210: Costureiro na Confecção em Série	R\$	734,84	125	R\$	1,03
100	752305: Ceramista	R\$	749,82	119	R\$	1,05
	l .					

As 100 Ocupações que mais empregaram na Microrregião de Porangatu nos últimos cinco anos: quantidade de empregados, Remuneração Média, e em Salários Mínimos. Fonte: MTE/Caged.

Em relação à vocação e as potencialidades dos municípios da Microrregião de Porangatu e regiões semelhantes, e seus respectivos Arranjos Produtivos Locais (APLs), que são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território. Eles apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. Como parcerias do ITEGO com os APLs locais e regionais, temos:

ARRANJOS PRODUTIVOS	CIDADE	COTEC/	MUNICÍPIOS
LOCAIS	PÓLO	ITEGO	
Apicultura Mel do Norte	Porangatu	ITEGO Porangatu	Mundo Novo, Nova Crixás, Alto Horizonte, Amaralina, Bonópolis, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Crixás, Estrela do Norte, Formoso, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Mutunópolis, Niquelândia, Nova Iguaçu de Goiás, Porangatu, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, São Miguel do Araguaia, Trombas, Uruaçu,

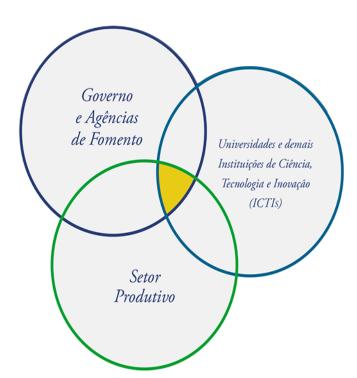


SECRETARIA DE			2004-000-000
DESENVOLVIMENTO			Uirapuru sed.go.gov
Açafrão de Mara Rosa	Mara Rosa	ITEGO Porangatu	Amaralina, Campinorte, Estrela do Norte, Mara Rosa
Apicultura do Entorno	Formosa	ITEGO Porangatu	Água Fria de Goiás, Cabeceiras, Cocalzinho de Goiás, Formosa, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Planaltina, São Domingos, São João d'Aliança, Vila Boa
Cerâmica Vermelha do Norte	Porangatu	ITEGO Porangatu	Alto Horizonte, Barro Alto, Campinorte, Campos Verdes, Carmo do Rio Verde, Crixás, Estrela do Norte, Goianésia, Ipiranga de Goiás, Itapaci, Mara Rosa, Minaçu, Niquelândia, Nova Iguaçu de Goiás, Porangatu, Rialma, Rubiataba, Santa Terezinha de Goiás, São Miguel do Araguaia, Trombas, Uruaçu
Mandioca e Derivados de Posse	Posse	ITEGO Porangatu	Posse e região
Lácteo da Região Norte	Formoso	ITEGO Porangatu	Estrela do Norte, Campinorte, Uruaçu, Formoso, Minaçu, Santa Tereza, Alto Horizonte
Lácteo das Águas Emendadas	Formosa	ITEGO Porangatu	Cachoeira de Goiás, Formosa, Palestina de Goiás, São João d'Aliança, Vila Boa
Aquícola Serra da Mesa	Uruaçu	ITEGO Porangatu	Uruaçu
Artesanato da Cidade Oriental	Cidade Ocidental	ITEGO Porangatu	Cidade Ocidental
Cachaça do Vale do Paranã	Posse	ITEGO Porangatu	Sudeste Goiano
Cadeia Produtiva da Floricultura	Alto Paraíso	ITEGO Porangatu	Alto Paraíso e Região Nordeste
Confecção Novo Gama	Novo Gama	ITEGO Porangatu	Novo Gama
Confecção de Águas Lindas	Águas Lindas	ITEGO Porangatu	Águas Lindas
Confecção de Planaltina	Planaltina	ITEGO Porangatu	Planaltina
Confecção de Santo Antônio do Descoberto	Santo Antônio do Descoberto	ITEGO Porangatu	Santo Antônio do Descoberto e Entorno do Distrito Federal
Frutos do Cerrado do Vale do Paranã	Mambaí	ITEGO Porangatu	Mambaí, Posse, Sítio D´Abadia



SECRETARIA DE			sed 00 00V		
Minhocultura na Cidade	Cidade	ITEGO	Cidade Ocidental		
Ocidental	Ocidental	Porangatu	Cidade Ocidental		
Moveleiro Formosa	Formosa	ITEGO	Formosa e entorno de Brasília		
ivioveleiro Formosa	FUIIIUSa	Porangatu	FOITIOSA E EIICOTTO DE BLASIIIA		
Moveleiro Valnaraíco	Valparaíso de	ITEGO	Valnaraíse e enterno de Brasília		
Moveleiro Valparaíso	Goiás	Porangatu	Valparaíso e entorno de Brasília		
Ovinocaprinocultura no	Alvorada	ITEGO	Alvorada do Norte e região Nordeste		
Nordeste	Aivoraua	Porangatu	Alvorada do Norte e região Nordeste		
Turismo Chapada dos	Chapada dos	ITEGO			
Veadeiros, Terra Ronca e	Veadeiros	Porangatu	Chapada dos Veadeiros		
Região da Biosfera	veaueiros	rorangatu			

Em relação às informações referentes aos investimentos públicos e privados, a Microrregião de Porangatu é contemplada nesse sentido. Como o Governo vem investindo em programas que garantem o desenvolvimento tecnológico do Estado, assim, Goiás se prepara para dar um salto em competitividade. Nesse contexto, foi lançada a maior plataforma de incentivo à inovação do Brasil, o Inova Goiás, que receberá mais de 1 bilhão de reais em investimentos e o suporte de parcerias entre Governo, Prefeituras, Universidades, Sebrae, Instituições de Pesquisa e o Setor Produtivo. O programa vai facilitar o acesso às novas



tecnologias, dinamizar o papel das empresas e fomentar o potencial de cada região. Com isso, Goiás vai se projetar como um dos 3 estados que mais inovam no País, abrindo novos caminhos para o futuro.

Este programa do Governo do Estado irá abranger diversas áreas, como o Setor Produtivo, órgãos do Estado, Universidades e Instituições de Tecnologia e Inovação, isso fará que o Estado prepare e qualifique a mão de obra para que as novas empresas possam investir na economia do Estado de Goiás e gerar novas vagas de empregos. Neste contexto, a competitividade e desenvolvimento são

o foco para fazer o Estado crescer, ampliando novos horizontes para os cidadãos goianos, buscando assim, melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados pelo Governo do Estado de Goiás e aumentando a produtividade do setor produtivo com o desenvolvimento tecnológico e com inovação.

Fazer diferente, investir em novas e modernas estratégias, dar um passo à frente, por isso o Governo do Estado de Goiás criou o Inova Goiás, para apoiar o setor privado, o setor



público e a população, com medidas planejadas e inovadas. A inovação tem um conceito amplo e objetivos claros: tornar organizações mais competitivas, manter negócios vivos e garantir a sustentabilidade do planeta. É inovando que o Governo de Goiás vai colocar o Estado em um novo patamar de competitividade e desenvolvimento.

Em relação aos investimentos privados e outras conjecturas, é possível citar que a microrregião de Porangatu apresenta condições naturais e socioeconômicas bastante favoráveis para a instalação de um processo duradouro de desenvolvimento. As condições de solo e clima, a perspectiva de desempenho de sua economia e a integração de sua rede de transporte ao sistema intermodal, a partir dos investimentos com o da Ferrovia Norte-Sul, permitem prever excelentes possibilidades de desencadear projetos complementares, que contribuirão para que o desenvolvimento da região ocorra com integração e equidade, visto que a região ocupa uma posição geográfica privilegiada, considerando-se que ela é atravessada pela principal via de integração nacional, a BR-153, e ainda pela GO-164, estrada dos bois, colocando na posição de "zona de fronteira econômica" e integrando-a no contexto da economia de mercado.

Aliada aos potenciais da pecuária organizada, da indústria extrativista mineral especializada e da exploração comercial de pedras preciosas e semipreciosas, a região possui forte vocação para a exploração do turismo e para o agronegócio, dessa forma, com essa diversidade regional, faz disso uma alavanca para seu desenvolvimento, de forma a agregar valor a seus produtos de base agropecuária e reter maior parcela de renda na própria região.

Por fim, às margens da BR-153, próxima à entrada de Porangatu, está localizado o Distrito Industrial, com área de 484 000 m² e espaço para ocupação de várias indústrias, uma delas instaladas no distrito, o Charque Dute, gera mais de cem empregos diretos. O Distrito Industrial de Porangatu conta ainda com a empresa Taurus Zootecnia, que fabrica sal mineral para gado, além de rações para animais em geral. O município criou, ainda, uma vitrine para comerciantes e produtores da região, a Feira de Indústria e Comércio e Serviços de Porangatu. Tudo isso mostra o potencial da microrregião de Porangatu.

Tendo em vista todos os argumentos acima, justifica-se a oferta do Curso Técnico em Secretaria Escolar no ITEGO, como oferta de curso de educação profissional na modalidade presencial contribuirá para a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade, formando este profissional, por meio de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capaz de impulsionar a formação humana e o desenvolvimento econômico da região, articulado aos processos de democratização e justiça social.

Em relação ao tempo previsto para a oferta do curso, preveem a conclusão de até 150 (cinquenta) alunos concluintes, e estes discentes, podem ser plenamente absorvidos pela área de serviços e projetos governamentais existentes na Microrregião de Porangatu.

2. FILOSOFIA E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

A formação integral no homem se vislumbra a partir de fundamentos básicos no currículo e na prática da instituição sobre as categorias (trabalho, ciência, técnica, tecnologia e cultura), tendo por direcionamento que o *trabalho* é alicerce e cultura em um grupo social. Dessa forma, esta sociedade deve oferecer oportunidades para que seus indivíduos tenham noções da práxis dos conhecimentos científicos construídos e estabelecidos. Essa práxis se deu a partir das relações do homem e o ambiente, o homem consigo mesmo e em suas relações sociais em diversos contextos.

Ao se pensar em formação integral como formação no homem, não se pode admitir a dualidade da relação da práxis de base humanista e o saber técnico, e sim, a integração entre elas para o cidadão completo, através de propostas que dialoguem essas diretrizes.

[...] a formação integrada ou o ensino médio integrado ao ensino técnico significa que a educação geral torna-se parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho [...] nos processos produtivos, [...]nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior (CIAVATTA, 2005, p. 2).

Sendo assim, na educação profissional e tecnológica, a lógica laboral do trabalho é foco central para a prática educativa, e, além disso, é um valor moral e de agregação social, como dialoga Castel (1999) em que o homem é um ser que possui o trabalho como um elo com o centro social que o circunda. Outrossim, o trabalho é motivador cultural, emocional e físico para o ser humano, criando a consciência social de seu lugar no ambiente que vive, como também no mundo.

Além do trabalho, desenvolver construções sobre âmbito da *cultura* é de relevância para a formação integral do homem. A cultura, por ser o agrupamento de práticas que se formam e se moldam no âmago de determinada sociedade é deveras importante para o desenvolvimento de processos metodológicos para formação de um indivíduo manumitido, completo.

As influências dos processos culturais no que tange a hegemonia da produção cultural, como afirma Gramsci (1995) têm relevância nas definições das diretrizes educacionais, refletindo assim, logicamente na educação tecnológica. Dessa forma, culturalmente, devemos ver a educação fora do âmbito do custo benefício, ou seja, da mais valia, advinda da construção e apropriação do saber pelo aluno, mas sim, deve ser pensada pela ótica da emancipação e autonomia do indivíduo.

Nesse sentido, a *tecnologia* encontra espaço na construção do indivíduo pois é o direcionamento que encontramos com a globalização que é cada dia mais forte. O conhecimento científico, baseado na *ciência*, é fator concomitante, agregador e complementar à tecnologia. Conforme Gama (1986), a tecnologia pode ser vista duplamente, primeiro como uma ciência aplicada e, segundo, em um contexto maior social, histórico e cultural, enfim:

[...] tecnologia não é um agregado de técnicas ou disciplinas. Tecnologia não é técnica, não é o conjunto das técnicas. Então, tecnologia não é o fazer, mas sim o



SECRETARÍA DE DESENVOLVIMENT estudo do fazer, é o conhecimento sistematizado, é o raciocínio racionalmente organizado sobre a técnica (GAMA, 1986, p. 21).

Dessa forma, percebe-se que a tecnologia afeta o indivíduo em seu modo de vida, e sendo assim, a educação profissional deve analisar os limites da tecnologia e a ciência, além de aplicar no ensino, desviando-se somente do âmbito da educação técnica, e sim, buscar a formação completa para ele.

Enfim, a educação é um direito reconhecido, e a preocupação com sua qualidade é de suma importância para a sociedade. Dessa forma, somente poderíamos conquistar tal intento, no momento em que pensamos a educação como formação de cunho integral, ou seja, dará o horizonte possível para que se trabalhe a construção do cidadão complemento, levando em conta serem conhecedores e críticos, em relação aos direitos básicos e fundamentais.

Sendo assim, o ITEGO busca a promoção da formação baseada na visão humanística e com os fundamentos nos seguintes princípios norteadores que visam:

- ✓ justiça social, com igualdade, cidadania, ética, emancipação e sustentabilidade ambiental;
- ✓ gestão democrática, com transparência de todos os atos, obedecendo aos princípios da autonomia, da descentralização e da participação coletiva nas instâncias deliberativas;
- ✓ formação humana integral, com a produção, a socialização e a difusão do conhecimento científico, técnico-tecnológico, artístico-cultural e desportivo;
- ✓ inclusão social quanto às condições físicas, intelectuais, culturais e socioeconômicas dos sujeitos, respeitando-se sempre a diversidade;
 - √ natureza pública e laica da educação;
 - ✓ educação como direito social e subjetivo; e
- ✓ democratização do acesso e garantia da permanência e da conclusão com sucesso, na perspectiva de uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Os princípios filosóficos e norteadores do ITEGO apresentam e têm consonância com os fundamentos para a educação nacional, no que tange a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais, em especial no que tange a educação profissional.

A CF 88 assegura, mesmo que não diretamente, o direito à educação profissional e tecnológica, e vamos abarcar nesse contexto, o nível médio técnico. Logo no início da CF, em seu artigo primeiro, expõe sobre os valores sociais do trabalho e cidadania que são fundamentos do estado democrático de direito. Além desse, o artigo terceiro fala da seguinte forma:

Art. 3º construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalidade; reduzir as desigualdades sociais e



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

SECRETARIA DE Sed qo gov bronseros de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Vemos com tal direcionamento que a educação, e neste caso, a profissional, é uma forma indiscutível de cumprir esses objetivos republicanos. Ao lermos o inciso XIII do art. 5º da CF fica evidente a importância da relação entre educação e o trabalho ao citar que: "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer" (BRASIL, 1988). Nesse sentido, a CF prossegue em seu artigo 6º, o qual fundamenta a educação como um direito social fundamental para os indivíduos.

Apesar de não estar explícito na CF, a relação que há entre a educação profissional e os princípios norteadores do estado de direito é notória, no momento em que alimenta a formação e desenvolvimento do potencial do indivíduo através da educação, com vista ao trabalho útil, como algo além de sustento próprio, e sim, voltado à própria dignidade humana. Como corroboração deste, o artigo 205 da CF afirma que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Por fim, para que se realize satisfatoriamente este intento constitucional, a formação deverá ser adequada e compromissada com o desenvolvimento completo do indivíduo, tendo em vista, que uma formação deficitária irá além de frustrar o próprio indivíduo, a sociedade como um todo sofrerá as consequências, com o rompimento do tecido social.

Em relação à Lei de Diretrizes e Bases, a LDB, vemos que fala acerca da educação profissional técnica de nível médio no artigo 36, incluído pela Lei 11.741/2008. Vemos as relações entre as filosofias e diretrizes do ITEGO, dentre outros, nos seguintes pontos em que diz:

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

[...]

I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; [...] (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Art. 36-D. Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Parágrafo único. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).



Dessa forma, encontra-se respaldo na relação entre a escola e o trabalho, que forma o indivíduo e que dá oportunidade a eles. Nesse sentido, a filosofia do ITEGO que busca esse intento, é de salutar importância e um mecanismo forte na sociedade.

Por fim, em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e as filosofias e orientações do ITEGO, há concordância por buscar itinerários formativos diversos e atualizados para que dê maiores possibilidades ao aluno que aqui ingressar, e ao ser egresso, ter maior possibilidade de empregabilidade, orientando assim, uma trajetória educacional consistente.

Além disso, o ITEGO se baseia nas dimensões do trabalho, da tecnologia, da ciência e da cultura, pois assim, tendo o devido apoio nas DCNs para tal intento, propiciando dessa forma, além da qualificação profissional, o aumento do nível de escolaridade – com qualidade técnica e humanista – para os alunos.

Por fim, fica claro a comunhão entre os princípios norteadores da educação profissional técnica para nível médio, como versa o art. 6, da Resolução nº 6, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, e que se dispõe da seguinte forma:

Capítulo II Princípios Norteadores

Art. 6º São princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

- I relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;
- II respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;
- III trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;
- IV articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;
- V indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;
- VI indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;
- VII interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;
- VIII contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas;
- IX articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioprodutivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo;
- X reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade;



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

OFSENVOLVIMENTIXI - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo;

XII - reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas;

XIII - autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e outras complementares de cada sistema de ensino;

XIV - flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, nos termos dos respectivos projetos político-pedagógicos;

XV - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;

XVI - fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, incluindo, por exemplo, os arranjos de desenvolvimento da educação, visando à melhoria dos indicadores educacionais dos territórios em que os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio forem realizados;

XVII - respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Então, estes princípios são congruentes com as filosofias e diretrizes norteadoras deste ITEGO, que buscam o completo desenvolvimento aos nossos alunos, e por consequência, indivíduos capacitados e aptos à execução de seu perfil profissional de conclusão, com pleno conhecimento, habilidade e atitude em seu local de trabalho.

Em vista aos argumentos apresentados anteriormente, da construção da formação integral/omnilateral por meio do currículo para oferecer ao aluno a visão crítica e proativa no trabalho, este ITEGO se alinhou a este intento através de suas filosofias com base nas leis da educação nacional, e além do que, a necessidade de se trabalhar o vínculo da teoria e da prática de forma dinâmica. Kuenzer (2004) cita que é importante que haja, desde o início da formação, a relação entre prática e teoria. No caso da educação profissional e tecnológica é de extrema necessidade essa relação para a autonomia do indivíduo e sua formação técnica, para que haja a plena capacidade ao aluno, futuro trabalhador. Nesse sentido, o autor prossegue indicando a intenção de se ter a conexão entre o conhecimento prático e o científico ao aluno, no que diz que:

[...] precisará ter não só um amplo domínio sobre as diferentes formas de linguagem, mas também sólida formação teórica para exercer a diferenciação crítica sobre seus usos e finalidades não explicitadas; do ponto de vista educativo, será necessário ampliar e aprofundar o processo de aquisição do conhecimento para evitar o risco da banalização da realidade com todos os seus matizes de injustiça social através da confusão entre o real e o virtual, com sérias implicações éticas (KUENZER, 2004, p. 4).

Almejam-se situações que levem o aluno a aprender a pensar, a aprender a aprender, aprender a ser e a conviver, para mobilizar e articular com pertinência conhecimentos, habilidades, atitudes e valores em níveis crescentes de complexidade.



Nesse sentido, a organização dos conteúdos privilegia o estudo contextualizado, ao agregar competências profissionais com as novas tecnologias, orientando o estudante ao adquirir autonomia para enfrentar diferentes situações com criatividade e flexibilidade. Tendo em vista que atualmente, vemos um quadro de crise do emprego formal, mudanças das ocupações e do conteúdo ocupacional - desaparecendo algumas profissões e surgindo outras, passando a exigir maior mobilidade - navegabilidade profissional, mais versatilidade - laboralidade do trabalhador, com tendências à formação geral e foco no trabalho em equipes polivalentes, com funções múltiplas e desempenho de variados papéis dentro do processo produtivo.

Dessa forma, os fundamentos pedagógicos balizadores adotados pelo ITEGO e relativos a estratégias de construção de competências e habilidades para os nossos alunos, são:

- ✓ a integração entre conhecimento geral e conhecimento específico como princípio norteador da construção dos diversos itinerários formativos presentes na Instituição;
- ✓ a formação técnica e tecnológica e a criação de tecnologia como constructos histórico-sociais, culturais e econômicos;
 - ✓ a integração entre teoria e prática;
- ✓ a formação básica sólida, capacitando o aluno-trabalhador, jovem e adulto, de maneira autônoma na sua relação com as demandas de conhecimentos oriundos do mundo do trabalho.

Assim, a equipe do ITEGO pauta o desenvolvimento do seu trabalho através de encontros coletivos e discussões ampliadas, levando em consideração a realidade que circunda a Instituição, sua comunidade escolar, pois, certamente, a realidade social afeta diretamente todos seus segmentos e deve contribuir para orientar todo o fazer escolar, transformando-a em objeto de planejamento, currículo adequado às demandas do mundo do trabalho, potencial de aprendizagem e sucesso de todo o processo educacional.

Também, enquanto instituição de educação profissional comprometida com o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do seu entorno está capacitada a fazer continuamente uma "leitura" correta do ambiente externo para alimentar seus processos educacionais e produtivos, assim como para dar resposta adequada e em tempo aos anseios, expectativas e demandas da comunidade a qual está inserida.

2.1 **OBJETIVOS DO CURSO**

2.1.1 Objetivo Geral

Promover a formação profissional técnica de nível médio, na modalidade presencial, para profissionais da educação que atuam em áreas de apoio às atividades pedagógicas e administrativas nas escolas públicas de educação básica, dando-lhes condições para um entendimento da educação e da escola como espaços coletivos de formação humana, de diversidade étnica cultural, bem como o desenvolvimento de competências para atuar numa



habilitação específica, sem perder a noção da totalidade da função social da educação; e propiciar a profissionalização de trabalhadores para atuarem como técnico na educação, por meio da qualificação e melhoria da sua prática.

2.1.2 Objetivos Específicos

- Formar profissionais capazes de desenvolver ações de apoio à secretaria escolar com conhecimentos, competências e habilidades necessárias para atuarem na gestão de sistemas de ensino;
- contribuir para a formação crítica e ética frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade;
- estabelecer relações entre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia e suas implicações para a educação profissional e tecnológica, além de comprometer-se com a formação humana, buscando responder às necessidades do mundo do trabalho;
- possibilitar reflexões acerca dos fundamentos científico-tecnológicos da formação técnica,
 relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber.

3. REQUISITOS DE ACESSO

As matrículas são destinadas para jovens e adultos que buscam uma profissionalização de nível técnico, na modalidade presencial. O candidato deverá ter concluído ou estar cursando o Ensino Médio. O nível de escolaridade e a idade constituirão os indicadores para definição do perfil de acesso do candidato ao curso proposto.

No ato da matrícula inicial, o candidato deverá apresentar à Secretaria Acadêmica do ITEGO todos os documentos indicados no Edital de Processo Seletivo de Alunos. Constituem requisitos de acesso:

- a. declaração da unidade escolar de que está regularmente matriculado e frequentando a terceira série do Ensino Médio, por qualquer via de ensino ou comprovante de conclusão do Ensino Médio;
- b. fotocópia da carteira de identidade, CPF e comprovante de endereço todos os documentos devem ser apresentados acompanhados dos originais;
 - c. conhecimento básico em Informática.



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

Quando o curso for ofertado por meio de Programa

Quando o curso for ofertado por meio de Programas Especiais ou em parcerias, os requisitos para acesso atenderão ao especificado nos respectivos Editais de Processos Seletivos de Alunos publicados pelo órgão demandante.

Os candidatos aprovados e classificados no referido processo de seleção serão chamados à matrícula até o limite das vagas existentes, atendida a ordem de classificação no exame de seleção, conforme edital.

4. INDICATIVO DE VAGAS E TURMAS

O ITEGO prevê até 6 (seis) entradas, de até 25 alunos, por etapa, ao longo de três anos, sendo inicialmente previstas ofertas para o turno noturno e, caso haja demandas, nos demais turnos.

CRONOGRAMA DE OFERTA DO CURSO								ANO IV	
Histórico	AN	01	ANO II		ANO III				
Oferta 1	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa			
Oferta 2	-	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa		
Oferta 3	-	-	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	
Novas vagas/Etapas	25	25	25	25	25	25	-	-	
Total de vagas 150 vagas									

5. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O curso Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar tem o objetivo de formar profissionais técnicos capazes de desempenhar atividades voltadas para a atuação na Secretaria Escolar, na área de Apoio Educacional. Esse profissional, de acordo com o CNCT, deverá demonstrar competências para:

- colaborar com a gestão escolar, atuando na organização de registros escolares;
- operacionalizar processos de matrícula e transferência de estudantes, de organização de turmas e de registro do histórico escolar dos estudantes;



 controlar e organizar os arquivos com o registro da vida acadêmica, processos de registros de conclusão de cursos e colação de grau;

- registrar, em atas, as sessões e atividades acadêmicas específicas;
- conhecer os principais elementos, fundamentos e princípios de sua profissão;
- compreender e analisar as questões relativas aos meios e fins da educação, considerando processualmente o diagnóstico, a execução e a avaliação;
 - conhecer e vivenciar a ética e a transparência na educação pública;
- compreender a unidade escolar como parte de um complexo educacional ligada às redes e aos sistemas de ensino;
- dominar os fundamentos da gestão curricular, gestão administrativa e gestão financeira da unidade escolar;
- compreender e diferenciar, considerando os seus princípios da gestão democrática, uma gestão escolar com componentes autoritários e uma gestão escolar com componentes democráticos;
- compreender, analisar, elaborar, refletir e vivenciar o projeto político-pedagógico da escola;
- compreender e contextualizar, na lei e na prática social, a educação escolar, o Estado e as políticas educacionais;
- compreender e analisar a legislação educacional nas Constituições, nas Leis de Diretrizes e Bases, no Plano Nacional de Educação e nos Conselhos de Educação;
- dominar, analisar, refletir, fazer relações e mediações entre as normas emanadas dos conselhos de educação e o regimento escolar;
- ler, compreender e produzir com autonomia, registros e escritas de documentos oficiais, relacionando com as práticas educacionais;
- conhecer os fundamentos da contabilidade pública nos aspectos relacionados com o financiamento da educação, contabilidade da escola e da rede escolar;
- compreender e fazer relações entre os equipamentos físicos, materiais pedagógicos, educação e aprendizagem;
- compreender e fazer relações entre estatística e planejamento, estatística e avaliação, estatística e gestão, estatística e financiamento da educação;
- conhecer e utilizar as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

6. PROPOSTA PEDAGÓGICA

Esta Proposta Pedagógica contempla a oferta de curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Secretaria Escolar na modalidade presencial. Tal proposta foi elaborada em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com as normativas do Conselho Estadual de Educação para a Educação Profissional e Tecnológica, segundo os



respectivos Eixos Tecnológicos e de acordo com os Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e o previsto na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), bem como as especificidades do setor produtivo, em atendimento às demandas da própria REDE ITEGO e demais esferas governamentais.

O currículo, concebido a partir do **Perfil Profissional de Conclusão** previsto para o curso, observando as demandas sociais e o setor produtivo, está organizado por etapas, com a possibilidade de saídas intermediárias de qualificações profissionais, compondo itinerários formativos, que poderá ainda contemplar etapa suplementar, destinada à especialização, devendo conter carga horária mínima de 25% (vinte e cinco por cento) do mínimo exigido para o curso ao qual está vinculada.

A concepção pedagógica norteadora do curso ora apresentada tem como foco privilegiado o desenvolvimento pleno do aluno, tomando-se por referência sua bagagem vivencial, no intuito de promover uma coerente relação entre teoria e prática. Nesse sentido, é incentivada e valorizada a interferência do aluno no contexto instrucional, situando-o no centro do processo educativo como agente dinâmico de sua própria aprendizagem.

Na definição das ações educacionais são utilizadas as ideias de Paulo Freire, quando se diz que ensinar exige métodos sistemáticos, pesquisa, respeito aos saberes do educando, ser crítico, inclusive sobre a prática, a estética e a ética, aceitando o novo e rejeitando qualquer forma de discriminação, reconhecendo e assumindo uma identidade cultural.

A organização curricular foi estruturada para contemplar as competências profissionais do eixo de Desenvolvimento Educacional e Social, voltado à inovação do mercado, com foco no perfil profissional de conclusão, prevendo situações que levem o aluno a aprender a pensar, a aprender a aprender, aprender a ser e a conviver, para mobilizar e articular com pertinência conhecimentos, habilidades, atitudes e valores em níveis crescentes de complexidade, com a previsão de uma saída intermediária.

Nesse sentido, a organização dos conteúdos privilegia o estudo contextualizado, agregando competências profissionais com as novas tecnologias, orientando-o adquirir autonomia para enfrentar diferentes situações com criatividade e flexibilidade.

6.1 MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular, estruturada neste plano de curso, procura garantir na organização das **Etapas**, a coerência com os perfis profissionais de conclusão do curso e das respectivas Etapas, ainda estreita correlação entre as competências: conhecimentos, habilidades e atitudes descritas (bases científicas, tecnológicas e instrumentais), bem como com as estratégias pedagógicas a serem utilizadas pelos professores.

As **Etapas** são desdobradas em **Componentes Curriculares** intrinsecamente coerentes entre si e com as demais etapas do curso, sendo caracterizados como unidades em



que se estabelecem de forma clara e objetiva, as relações e as correlações entre os conhecimentos de bases tecnológicas, científicas e instrumentais e as capacidades de colocálos em prática (habilidades) em um determinado contexto profissional.

O currículo do curso Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar, com 1.300 horas, está estruturado em 03 (três) etapas organizadas da seguinte forma:

Etapa I – com **terminalidade** ocupacional: **Auxiliar Administrativo, CBO-4110-05** com 450 horas para aulas teóricas.

Etapa II – com terminalidade ocupacional: Auxiliar de Secretaria Escolar – CNTC, com 420 horas para aulas teóricas.

Etapa III – com: Habilitação Técnica de Nível Médio em Secretaria Escolar, CBO - **3515-05**, com 330 horas para aulas teóricas e 100 horas para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM SECRETARIA ESCOLAR				
	Componentes Curriculares	Carga horária		
	Responsabilidade Social	30h		
	Ética e Relações Interpessoais	30h		
	Empreendedorismo	30h		
	Português Instrumental	60h		
	Matemática Básica	60h		
Etapa I	Fundamentos da Administração	60h		
Ltapa i	Contabilidade Geral	60h		
	Gestão de Pessoas	60h		
	Administração e Organização do Trabalho	60h		
	SOMA Cargas horárias - Etapa I	450		
	Qualificação profissional: Auxiliar Administrativo, CBO-4110-05			
	Carga horária			
	Atendimento ao Público	30h		
	Marketing Pessoal	60h		
	Arquivos e Protocolos	60h		
	Homem, Pensamento e Cultura	60h		
Etapa II	Funcionários de Escolas: Cidadãos, Educadores, Profissionais e Gestores	60h		
	Direito Administrativo	60h		
	Educadores e Educandos: Tempos Históricos	60h		
	Metodologia Científica	30h		
	SOMA Cargas horárias - Etapa II	420		



SECRETARIA DE		sed.go.go
Saída Intermediária: Auxiliar de Secretaria Escolar (CNTC)		
	Componentes Curriculares	Carga horária
	Equipamentos e Materiais Didáticos	30h
	Informática aplicada à Educação	60h
	Estatística aplicada à Educação	60h
	Gestão da Educação Escolar	60h
Etapa III	Fundamentos Legais e Princípios da Educação Nacional	60h
	Produção Textual na Educação	60h
	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	100h
	SOMA Cargas horárias - Etapa III	430
	Habilitação: Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar, CBO - 3515-05	
Total da Carga Horária do curso: 1300		

6.2 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O currículo do curso está organizado, de forma a possibilitar aos alunos a construção das competências, CHA: **Conhecimentos, Habilidades e Atitudes**, caracterizadas no **Perfil Profissional de Conclusão**, ensejando o desenvolvimento da capacidade de mobilização e articulação do saber-aprender (conhecimento), saber-fazer (habilidades) e do saber-ser e saber conviver (atitudes) e, constituir-se como meio para orientação à prática pedagógica.

A correlação prevista com relação aos Componentes Curriculares, deverá existir, também, em relação às Referências Bibliográficas (Bibliografia Básica e Complementar), fontes sobre as quais se assentam as bases tecnológicas, científicas e instrumentais.

ETAPA I			
COMPONENTE: RESPONSABILIDADE SOCIAL			
CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE: 30h			
EMENTA			
Análise sobre os conceitos da responsabilidade social para aplicá-los na vida pessoal e disseminá-los por meio de			
ações no mundo corporativo. Estudo analítico da ABNT NBR 16001 e de propostas de ações a seren			
implementadas em uma organização.			
PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)		



Perceber sua envresponsabilidade pessoal no desenvolvimento de ações solidárias com o seu semelhante e sustentáveis em relação à tríade: meio ambiente, economia e sociedade.

Conhecer as normas reguladoras das ações de responsabilidade social, levando-se em conta os marcos históricos geradores e a emergente necessidade da responsabilidade social;

preparar ações nos processos educativos fomentadores da sustentabilidade, entendendo, também, que a responsabilidade social é uma construção histórica na qual todos os agentes sociais possuem parcela de contribuição em seu desenvolvimento e implantação.

CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES	
Histórico da responsabilidade social no mundo contemporâneo e no Brasil; principais normas e certificações: ABNT NBR ISO 26000: 2010 – Diretrizes da responsabilidade social; e, ABNT NBR 16001: 2012 – Responsabilidade social – Sistema de gestão – Requisitos; responsabilidade social e inovação (conceitos e finalidades).	Conceituar responsabilidade social; relacionar os marcos históricos geradores da responsabilidade social e o atual contexto empresarial no Brasil; apontar os desafios pertinentes à relação entre a responsabilidade social e a inovação; propor ações comprometidas com a sustentabilidade; aplicar os princípios da responsabilidade social no mundo corporativo.	Respeitar o meio ambiente; cuidar da seleção dos materiais recicláveis produzidos no espaço de trabalho; ter solidariedade com os colegas de trabalho; ser empreendedor.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASHLEY, P. A. (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

PONCHIROLLI, O. Ética e responsabilidade social empresarial. Curitiba: Juruá, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D. (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 26000:** diretrizes sobre responsabilidade social. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.

. NBR 16001: 2012: responsabilidade social: sistema de gestão: requisitos. Rio de Janeiro:

ABNT, 2012.

COMPONENTE: ÉTICA E RELAÇÕES INTERPESSOAIS

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE: 30h

EMENTA

Investigação dos fundamentos ontológicos e sociais da ética. Comparação e análise dos elementos teóricofilosóficos das questões éticas da atualidade. Estudo do processo de construção de um *ethos* profissional, do significado de seus valores e das implicações éticas no trabalho.

PERFIL DE CONCLUSÃO COMPETÊNCIAS (C-H-A)



Ser capaz de entender o conceito de				
ética e aplicar seus princípios	nos			
relacionamentos interpessoais do				
seu ambiente de trabalho.				

Compreender a importância do estudo da história do pensamento ético, aplicando seus valores em situações diversificadas, além de relacionar o estudo teórico desta ciência à análise crítica do *ethos* profissional;

transmitir um clima de confiança e cooperação no ambiente profissional.

CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Os fundamentos ontológicos e sociais da ética; os elementos teórico-filosóficos das questões éticas da atualidade; o processo de construção de um ethos profissional; as implicações práticas da ética no trabalho.	Aplicar as teorias pertinentes à ética profissional; listar ações éticas favoráveis ao bom convívio social no campo de trabalho; argumentar a favor da importância da ética no campo de trabalho; registrar os princípios éticos no campo de trabalho; instituir a legislação e os códigos de ética profissional nas relações pessoais, profissionais e comerciais; aplicar regras, regulamentos e procedimentos organizacionais; promover a imagem da organização.	Respeitar os colegas de trabalho; manter sigilo diante da obtenção de informações administrativas; ter proatividade na busca de resolução de problemas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à Filosofia. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2009.

SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUILAR, F. A ética nas empresas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. KUNG, H. **Projeto de ética mundial**. São Paulo: Paulinas, 1993.

SILVA, N. P. Ética, indisciplina & violência nas escolas. Petrópolis: Vozes, 2004.

COMPONENTE: EMPREENDEDORISMO

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE: 30h

EMENTA



conhecendo a carreira empreendedora. O perfil empreendedor. Empreendedorismo de alto impacto. Business Model Generation (Canvas). Processo Lean Startup (descoberta de clientes e validação de clientes). Desenvolvimento de protótipo mínimo viável. Escalabilidade e Venda do Produto/Serviço. Como criar negócios de alto crescimento. Modelos para escalar seu negócio. Quatro formas para inovar no seu negócio: processo, produto/serviço, posicionamento e modelo de negócio. Preparação para reuniões. Pitch de

vendas. Diferentes pitches para diferentes públicos e apresentações. Plano de negócios.

PERFIL DE CONCLUSAC	CLUSÃO	CON	DE	PERFIL
---------------------	--------	-----	----	--------

Estar apto para compreender os conceitos introdutórios sobre o Empreendedorismo e sua importância, perfil características do empreendedor e como se desenvolve todo o processo de empreender nos dias atuais

COMPETÊNCIAS (C-H-A)

Conhecer as características inerentes à carreira empreendedora e ao perfil de um empreendedor, sabendo operar com as técnicas empreendedoras contemporâneas;

promover o desenvolvimento de produtos e serviços que propiciem crescimento em ordem escalar para a organização, privilegiando a inovação através do posicionamento e do modelo de negócios.

de empreender nos dias atuais.	
CONHECIMENTOS	
Noções sobre a	Aplicar
importância do	Empree
Empreendedorismo e também sobre	sobre o
o perfil, as características e o	process
processo empreendedor;	interpre
interpretação das oportunidades	através
através da utilização de ferramentas	ferrame
para a descoberta e validação de	validaçã
clientes;	compre
compreensão sobre o	de p
desenvolvimento de protótipos	possibil
viáveis para possibilitar a criação de	de alto i
negócios de alto impacto e	distingu
crescimento;	inovaçã
distinção entre as formas de	compre
inovação nos negócios;	de vend
compreensão sobre os diferentes	de Neg
<i>pitches</i> de vendas e sobre os	
conceitos de Plano de Negócio.	

HABILIDADES os conceitos sobre o endedorismo e também perfil, as características e o so empreendedor; oportunidades etar as da utilização entas para a descoberta e ão de clientes; ender o desenvolvimento rotótipos viáveis para litar a criação de negócios impacto e crescimento; uir entre as formas de io nos negócios; ender os diferentes *pitches* das e os conceitos de Plano ócio.

Dedicar-se aos estudos acerca Empreendedorismo; possuir ética; presente, assíduo ser e pontual naquilo que lhe for

proposto no decorrer

curso.

ATITUDES

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 4. ed. São Paulo: Manole, 2012.

DORNELAS, José. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO FILHO, Geraldo Ferreira de. Empreendedorismo criativo. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007. BERNARDES, Cyro. Você pode criar empresas. São Paulo: Saraiva, 2009.

INSTITUTO EMPREENDER ENDEAVOR. Bota pra Fazer – de empreendedor para empreendedor. Crie seu negócio de alto impacto. Rio de Janeiro: Metodologia Kauffaman – FastTrac., 2010.

MARCONDES, Luciana Passos. Empreendedorismo estratégico: criação e Gestão de Pequenas Empresas. São Paulo: Cengage Learning, 2008.





COMPONENTE: PORTUGUÊS INSTRUMENTAL

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE: 60h

PERFIL DE CONCLUSÃO

EMENTA

Reflexão sobre a língua portuguesa como fonte de comunicação oral e escrita. Estudo da linguagem falada e escrita, em seus diversos níveis de linguagem. Relação entre os gêneros textuais/discursivos e noções de leitura e produção escrita. Busca de compreensão da prática de elaboração de textos oficiais e acadêmicos, considerando os aspectos linguístico-gramaticais aplicados ao texto em seus diversos gêneros.

COMPETÊNCIAS (C-H-A)

TENTIE DE CONCEOSAO	COMMETE	iteias (e-ii-a)
Desenvolver competências de	Compreender a Língua Portugues	a como língua materna, geradora de
comunicação, de modo que seja capaz	significação e integradora da organização do mundo e da própria	
de produzir textos orais e escritos, tanto	identidade e também conhecer formas de se comunicar com eficácia,	
no âmbito profissional como no pessoal.	tanto na escrita, quanto na oralid	ade;
		e textualidade, levando em conta a
	importância da coerência e da coesão;	
	conhecer o funcionamento e as formas de produzir textos em língua	
	portuguesa;	ļ
	, ,	empresariais, obedecendo a norma
	culta e a estrutura preestabelecio	·
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Conceitos e elementos de comunicação;	Identificar diferentes	Ser proativo para exercitar a
noção de texto e principais critérios de	possibilidades de comunicação;	comunicação no ambiente de
textualidade;	utilizar regras básicas da língua	trabalho, estudo e lazer;
métodos de produção de texto;	portuguesa na elaboração dos	apresentar disposição para rever
técnicas de leitura de textos;	textos, observando a ortografia,	conceitos de língua, comunicação
produção de textos técnicos e	as concordâncias verbal e	e texto;
comerciais.	nominal, a acentuação e	ter disciplina no aprendizado de
	pontuação;	tipos de textos técnicos e oficiais.
	empregar a articulação textual que propicia a coerência e a	
	coesão;	
	analisar os recursos de coesão e	
	os aspectos linguísticos	
	responsáveis pela coerência;	
	estruturar parágrafos, trechos e	
	textos com base em diferentes	
	modos de construção de	
	raciocínio;	
	reconhecer e produzir textos	
	técnicos e empresariais, utilizando vocabulário	
	específico.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	1 225 20111001	

BIBLIOGRAFIA BASICA

CEREJA, William Roberto. **Gramática:** texto, reflexão e uso. 4. ed. São Paulo: Atual, 2012. MEDEIROS, João. **Redação científica:** a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2009.

COMPONENTE: MATEMÁTICA BÁSICA CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE: 60h **EMENTA** Estudo da potenciação, radiciação, razão, porcentagem e proporção. Comparação e análise entre equação do 1º e equação do 2º grau. PERFIL DE CONCLUSÃO **COMPETÊNCIAS (C-H-A)** Ser capaz de calcular e aplicar os Compreender os conceitos básicos da matemática, possibilitando ao conceitos básicos de matemática. aluno desenvolver habilidades e o raciocínio lógico-matemático; usar estratégias de resolução de problemas aplicadas à área do conhecimento em suas atividades profissionais. **CONHECIMENTOS HABILIDADES ATITUDES** Regras para cálculos matemáticos; Aplicar conceitos, propriedades Respeitar os colegas números decimais, potenciação, dos de trabalho; operações no campo conjuntos porcentagem; numéricos: naturais, inteiros, racionais ou manter sigilo diante equação de 1º e 2º graus; informações reais: das regra de três; fazer arredondamentos, algoritmos financeiras da razão e proporção. estimativas mentais de resultados empresa; aproximados; ter proatividade na resolver situações-problema, envolvendo busca de resolução conhecimentos numéricos decimais de problemas. fracionários: resolver atividades, envolvendo equações, inequações e sistemas de equações do 1º e 2º graus; solucionar os problemas de grandezas e medidas, utilizando cálculo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SILVA, Fernando César Marra; ABRÃO, Mariângela. **Matemática básica para decisões administrativas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

juros simples e compostos; organizar e analisar informações.

porcentagem e regras de três;

resolver situações-problema que envolvam

SILVA, Sebastião Medeiros. Matemática básica para cursos superiores. São Paulo: Atlas, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TIBONI, Conceição Gentil Rebelo. **Estatística básica:** para os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Tecnológicos e de Gestão. São Paulo: Atlas, 2010.



COMPONENTE: FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE: 60h

EMENTA

Discussão sobre o que os administradores fazem e como fazem as coisas acontecerem. Análise sobre as organizações e seus princípios. Estudo sobre planejamento, controle, coordenação/direção, motivação e outros tipos de organizações.

	C-H-A)	COMPETÊNCIAS (C	PERFIL DE CONCLUSÃO	
	·	Compreender as principais teorias	Ser capaz de identificar fatores da	
ojetivo	produtivo, com o obje	Administração, articulada ao processo p	história da Administração,	
	nistrativas;	de visualizar e identificar as áreas admir	compreendendo os princípios básicos	
anejar,	ue fundamentam as teorias da ter conhecimento dos processos administrativos de plar			
organizar, dirigir e controlar, adquirindo, assim, conhecimentos e		organizar, dirigir e controlar, adquirindo	Administração.	
	ativas;	atitudes para atuar nas áreas administra		
ocesso	s no interior do proc	identificar funções e responsabilidades		
trativo	do sistema administra	produtivo e na estrutura e organização		
		vigente nas organizações.		
	ATITUDES	HABILIDADES	CONHECIMENTOS	
-	Ter postura e ética;	Aplicar os princípios da Administração	Noções sobre as organizações, as	
		no processo de trabalho;		
ue Ihe		•		
	for proposto.	•	, ,	
		•		
		ŕ		
		•	tipos de organização.	
		•		
		•		
		gestão para melhorá-los.		
tra a;	ATITUDES Ter postura e ética; ser presente, assído pontual naquilo que for proposto.	produtivo e na estrutura e organização vigente nas organizações. HABILIDADES Aplicar os princípios da Administração no processo de trabalho; apresentar as técnicas necessárias para conduzir a atividade administrativa; instituir os métodos necessários para gerir a atividade administrativa; implementar modelos administrativos e formas de gestão; diagnosticar e interpretar situações administrativas diversas; intervir nos métodos e práticas de	Administração. CONHECIMENTOS	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração**: teoria, processo e prática. 4. ed. São Paulo: Campus, 2007. LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto. **Administração**: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



SECRETARIA DE Sed.go.gov.br

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. 7. ed. São Paulo: Campus,

2006. MAXIMIANO, A. C. Amaru. Introdução à Administração. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PEREIRA, Anna Maris. Introdução à Administração. São Paulo: Pearson – Prentice Hall, 2004.

STEPHEN, P. Robbins; DECENZO, David A. **Fundamentos de Administração**: conceitos essenciais e aplicações.

4. ed. São Paulo: Pearson – Prentice Hall, 2004.

COMPONENTE: CONTABILIDADE GERAL

PERFIL DE CONCLUSÃO

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE: 60h

EMENTA

Introdução à Contabilidade. Sociedades. Patrimônio das entidades. Variações patrimoniais. Elementos patrimoniais. Capital. Gestão patrimonial. Demonstrações contábeis. Documentos contábeis. Controles administrativos.

COMPETÊNCIAS (C-H-A)

Ser capaz de atuar, considerando os	Compreender os conceitos acerca da Contabilidade e sua aplicabilidade no	
conceitos estudados sobre a	cotidiano das organizações;	
Contabilidade e sua importância para	promover os registros necessários para as representações aos órgãos	
a rotina das organizações.	fiscalizadores;	
	realizar demonstrações contábeis periódicas para as análises necessárias.	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Noções sobre o que é sociedade;	Aplicar os conceitos de introdução à	Dedicar-se aos estudos acerca
compreensão sobre o patrimônio das	Contabilidade;	da Contabilidade Geral;
entidades e suas variações	diferenciar os tipos de sociedade;	comprometer-se com as análises
patrimoniais;	relacionar o patrimônio das entidades;	e comparações apresentadas e
diferenciação entre os elementos	demonstrar as variações patrimoniais;	que permitirão posições mais
patrimoniais;	diferenciar os elementos patrimoniais;	concretas ao final dos estudos;
compreensão sobre demonstrações	praticar a Gestão Patrimonial;	ser presente, assíduo e pontual
contábeis;	realizar demonstrações contábeis;	naquilo que lhe for proposto no
ordenação de documentos contábeis;	promover controles administrativos.	decorrer do curso.
identificação dos controles		
administrativos.		
DIDLIOCDATIA DÁCICA		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** 14. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CREPALDI, Silvio A. Curso Básico de Contabilidade. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FRANCO, Hilário. Contabilidade gerencial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.



IUDÍCIBUS, Sérgio et al. Contabilidade introdutória. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. São Paulo: Atlas, 1998.

MIYAMA, Jorge K.; SILVA, César A. T. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2008.

COMPONENTE: GESTÃO DE PESSOAS

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE: 60h

EMENTA

Evolução na Gestão de Pessoas. Planejamento de pessoal: o primeiro passo. Atração de pessoas: recrutamento interno. Recrutamento externo: vantagens e desvantagens. Seleção de pessoas. Técnicas de Seleção: provas. Entrevista de seleção. Integração/ambientação. Desenvolvimento de Competências. Processo de treinamento: etapas. Processo de Treinamento: planejamento. Tecnologias de Treinamento. Desenvolvimento de pessoas. Sistemas de remuneração de Gestão estratégica de carreira. Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).

vida no mabamo (Qvi).		
PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
Estar apto a compreender o fluxo evolutivo da Gestão de Pessoas, considerando todos os dispositivos necessários para gerir coerentemente o cotidiano burocrático dos recursos humanos na organização.	Compreender os processos da Gestão de Pessoas em uma organização; diferenciar as competências e o desenvolvimento entre as pessoas através de um ideal recrutamento, seleção e treinamento.	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Noções sobre gerenciamento organizacional; compreensão sobre Planejamento Organizacional; distinção entre Recrutamento, Seleção e Treinamento de pessoas; compreensão sobre competências e desenvolvimento de pessoas; relação entre Gestão Estratégica e Qualidade no Trabalho.	Conhecer os conceitos de Gestão de Pessoas na organização; desenvolver o Planejamento de Pessoal; promover o Recrutamento, a Seleção e o Treinamento de Pessoal; adquirir competências nos colaboradores da empresa; alcançar conhecimento em sistemas de remuneração na organização:	da Gestão de Pessoas; comprometer-se com as análises e comparações apresentadas e que lhe permitirão posições mais concretas ao final dos estudos;



		- GOIA
SECRETA	RIA DE OLVIMENTO ter o conhecimento em	_
	estratégica de carreira dos colaboradores.	em prol

DESSLER, Gary. Administração de Recursos Humanos. São Paulo: Pearson, 2008.

LACOMBE, FRANCISCO. Recursos Humanos: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de Pessoas**: modelo, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2008. GIL, ANTÔNIO CARLOS. **Gestão de Pessoas**: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2007.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de Recursos Humanos**: do operacional ao estratégico. 3. ed. São Paulo: Futura, 2000.

COMPONENTE: ADMINISTRAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE: 60h

PERFIL DE CONCLUSÃO

EMENTA

Administração do Trabalho. Teoria Geral da Administração. Aspectos históricos da formação do pensamento administrativo nos espaços da escola. Funções da Administração. Terceirização do trabalho. Organograma e fluxograma. Conceitos básicos da Estatística. Qualidade do trabalho, ferramentas da qualidade. Técnicas básicas de planejamento e controle.

COMPETÊNCIAS (C-H-A)

FERTIL DE CONCLOSÃO	CONTEN	INCIAS (C-II-A)
Ser capaz de refletir sobre o papel da	Gerir pessoas no campo de trabalho;	
administração aplicada na área da	organizar reuniões pedagógicas no âmbito escolar;	
educação, bem como analisar a organização nos seus aspectos básicos	Dialicial, Olgaliizal c auliliilistial	r espaços escolares.
construtivos nos espaços escolares,		
produtivos e de relacionamento.		
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Administração do trabalho;	Conduzir reuniões	Organizar a agenda pessoal;
administração geral;	administrativas na escola;	ter pontualidade na realização
terceirização do trabalho educacional;	organizar o cronograma de	das reuniões;
organização do trabalho na escola;	atividades no espaço escolar;	ser proativo na resolução de
estatística básica;	ler e interpretar dados	problemas.
qualidade do trabalho;	estatísticos;	
técnicas básicas de planejamento e controle;	analisar aspectos qualitativos relacionados ao dia a dia da escola;	
contextualização técnico em	aplicar as funções da	



	sed.go.gov
administração.	
	administração.

SILVA, Velcir Portella da; COSTA, Alexandre Marino. **Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional**. Contribuições a Gestão no Judiciário Catarinense. Florianópolis, 2012. p. 229-248. v. 2. (Coleção Gestão Organizacional e Tecnologia em Recursos Humanos).

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção**. Trad. Henrique Luiz Correa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TAVARES, José da Cunha. **Tópicos de Administração aplicada à Segurança do Trabalho**. 10. ed. São Paulo: SENAC, 2011.

WERKEMA, M. C. C. **As ferramentas da qualidade e o gerenciamento de processos**. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni, 1995. 128 p.

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE: 30h

COMPONENTE: ATENDIMENTO AO PÚBLICO

EMENTA

Organização do ambiente de trabalho. Postura adequada do atendente. Apresentação pessoal. As gafes no atendimento. Comunicação. Voz: essa forma mágica de comunicação. Atendimento ao telefone. Perfil de um profissional de qualidade. Atendimento telefônico. Controle da respiração. Atendendo a reclamações. Código de Defesa do Consumidor.

PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)
Ser capaz de identificar os aspectos que contribuem para a satisfação do cliente; refletir criticamente sobre as ações e os procedimentos de atendimento em sua empresa; planejar ações que garantam a satisfação dos clientes e possam gerar	Identificar os tipos de clientes e as suas necessidades, tais como: ser compreendido, ter comodidade, sentir-se bem-vindo; conheceras técnicas de atendimentos por telefone personalizadas; entender sobre as técnicas de atendimento interno e externo.



SECRETARIA DE SED GOJA.

um impacto positivo nos resultados.

CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
A diferença entre tratar bem e	Promover o atendimento que possibilite	Dedicar tempo e recurso
atender bem;	atingir as metas propostas pela empresa;	para investir no bom
os erros mais comuns do	garantir a eficácia do atendimento e da	atendimento ao
atendimento;	comunicação, através das características da	cliente;
satisfação do cliente;	área do atendimento ao público;	ser proativo no
como lidar com situações ou clientes	prestar atendimentos personalizados e	atendimento ao
difíceis;	por telefone.	cliente;
análise do perfil psicológico do		buscar a fidelização da
cliente;		clientela;
estratégias para fidelização;		passar uma boa imagem
pesquisa de satisfação;		para seus potenciais
gerenciamento do relacionamento		consumidores.
com o Cliente (CRM);		
os 10 mandamentos de um		
atendimento de excelência.		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Sérgio. **Cliente, eu não vivo sem você:** o que você não pode deixar de saber sobre qualidade em serviços e clientes. Bahia: Casa da Qualidade, 1995.

BEE, Frances. Fidelizar o cliente. Tradução de Edite Sciulli. São Paulo: Nobel, 2000.

COBRA, Marcos. Estratégias de marketing de serviços. São Paulo: Cobra, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARTILHA DO CONSUMIDOR. Secretaria de Direito Econômico, Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. Brasília, 1999.

MARINS, Luiz. **Projeto cliente:** uma metodologia simples para aumentar vendas, surpreender e encantar clientes. São Paulo: Harbra, 2009.

COMPONENTE: MARKETING PESSOAL

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE: 60h

EMENTA

Introdução ao Marketing Pessoal e sua importância. Discussão sobre a importância do networking. Debate sobre como causar empatia. Criação do plano de marketing. Definição de objetivos.

PERFIL DE CONCLUSÃO COMPETÊNCIAS (C-H-A)



Ser capaz de demonstrar a capacidade de compreender os conceitos básicos de Marketing Pessoal.	comunicação e na aparência;	objetivos do Marketing Pessoal na g pessoal que atenda o perfil do working.
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Conceitos e objetivos de Marketing Pessoal; Networking; os princípios para causar a empatia; montagem de um plano de Marketing Pessoal.	Aplicar a apresentação pessoal quanto à aparência, comunicação e atitude; instituir os princípios do networking no marketing pessoal; empregar os conceitos do marketing pessoal; elaborar um plano de marketing pessoal;	Manter uma boa aparência pessoal; ter um comportamento adequado no ambiente de trabalho; ter empatia.

CILETTI, Dorene. Marketing Pessoal. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

COSTA, Flávio Martins da. Marketing Pessoal: o sucesso na vida pessoal e profissional. Curitiba: Juruá, 2016.

desenvolver a empatia.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GONÇALVES, David. Marketing pessoal: a essência do sucesso. São Paulo: Alegro, 1999.

KALIL, Glória. Etiqueta, protocolo e cerimonial. Recife: Comunigraf, 2007.

NADLER, Burton Jay. **Nu na entrevista.** São Paulo: Makron Books, 1996.

SCOTT-JOB, Derrich. **Marketing pessoal:** técnicas de sucesso para enfrentar crises profissionais. São Paulo: Best Seller, 1994.

COMPONENTE: ARQUIVOS E PROTOCOLOS

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE: 60h

EMENTA

Conhecendo a arquivologia e seus métodos. O valor dos documentos e tipos de arquivos. Construindo a tabela de temporalidade. Organizando e conhecendo a rotina do arquivo. Gerenciamento eletrônico de documentos. Classificação e acompanhamento de correspondência.

PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÉ	NCIAS (C-H-A)
Ser capaz de desenvolver, aplicar, aprimorar e atualizar as técnicas de arquivos e protocolos.		
CONHECIMENTOS	HABILIDADES ATITUDES	



SECRETARIA DE SED DO DOS DE				
Noções gerais de arquivologia;	Demonstrar conhecimento da	Aplicar os métodos arquivísticos;		
classificação e rotina de correspondências; classificação dos documentos no arquivo; a Tabela de Temporalidade; a Gestão Eletrônica de Documentos (GED).	arquivologia e seus métodos; fazer a triagem correta dos documentos; organizar os registros e a distribuição dos documentos; desenvolver e elaborar a Tabela de Temporalidade Documental (TTD); selecionar e classificar os documentos; usar o gerenciamento eletrônico organizado e de fácil acesso.	diferenciar e fazer a triagem correta dos documentos; utilizar os registros adequados e a distribuição dos documentos e correspondências; identificar e aplicar a Tabela de Temporalidade Documental (TTD); utilizar corretamente o gerenciamento eletrônico.		

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

SILVA, Zélia Lopes da. Arquivos: patrimônio e memória. São Paulo: UNESP, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BALDAM, Roquemar; VALLE, Rogério, CAVALCANTI, Marcos. **GED:** Gerenciamento Eletrônico de Documentos. São Paulo: Érica, 2002.

MEDEIROS, João Bosco; HERNANDES, Sonia. **Manual da secretária:** técnicas de trabalho. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. Rio deJaneiro: FGV, 2006.

COMPONENTE: HOMEM, PENSAMENTO E CULTURA

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE: 60h

EMENTA

Humano na natureza: cultura e culturas, cultura e educação, cultura e cidadania. Conceito e elementos da linguagem e da língua, comunicação, diálogo e cidadania. Conceito de trabalho, técnica e tecnologia, trabalho manual e trabalho intelectual, alienação e escola. Valoração da ética e política. O que se ensina e o que se aprende na escola, onde se ensina e onde se aprende na escola, como se ensina e como se aprende na escola, quem ensina e quem aprende na escola.

PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
Ser capaz de se apropriar e criar condições teórico-práticas com as quais investigará, problematizará e criticará as práticas escolares, com vistas à construção da identidade de profissional da educação.	Demonstrar e saber identificar a cultura da educação como também saber o conceito do trabalho na escola e sua importância; conhecer onde e como se ensina na escola.	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES



SECRETARIA DE		sed-go-gov.br
Devir humano; SENVOLVIMENTO linguagem e educação; trabalho e educação; valores e educação; escola e educação.	Compreender a natureza humana; demonstrar conhecimento da linguagem, conceitos, elementos e linguagem da comunicação escolar; conhecer as técnicas e tecnologias utilizadas na escola; desenvolver a ética e a política da escola; reconheçer o que se ensina e o que se aprende na escola.	Respeitar a diversidade cultural; ser pontual no desenvolvimento dos estudos; ter deferência às formas diversas de ver o mundo e aos seus respectivos processos educativos.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith et al. **Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

COMPONENTE: FUNCIONÁRIOS DE ESCOLAS: CIDADÃOS, EDUCADORES, PROFISSIONAIS E GESTORES

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE: 60h

EMENTA

Descrição da função dos funcionários de escola no contexto da educação escolar. Apresentação do papel social da escola e das funções educativas não docentes: prática integrada, profissionalismo e compromisso social. Relação entre os funcionários e a estrutura e operação das etapas e modalidades da educação básica: legalidade e realidade. Papel dos funcionários na elaboração e na execução da proposta pedagógica e da gestão democrática das escolas e dos sistemas de ensino.

PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊ	NCIAS (C-H-A)
Ter a ciência sobre o papel do	Compreender a importância	dos trabalhadores da educação,
funcionário da educação, sua	articulada aos princípios da ad	ministração e às normas da LDBN,
importância e ações, a partir dos	identificando os tipos de ca	rgos e as funções na estrutura
princípios da educação democrática.	organizacional escolar, além do	papel de cada sujeito a partir do
	conceito de gestão democrática;	
	explicar a emergente função so	cial dos funcionários da educação,
	delineando seu perfil atual	a partir das novas demandas
	pedagógicas, sociais e culturais d	o sistema educacional brasileiro.
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Funcionários das escolas públicas: quem	Indicar a identidade dos	Ser proativo na resolução de
somos?;	funcionários das escolas	problemas pertinentes à sua
gênese histórica dos funcionários:	públicas;	função;
religiosos coadjutores, escravos serviçais,	discorrer sobre o processo	realizar seu papel com
subempregados clientelísticos,	histórico da formação	profissionalismo;
burocratas administrativos;	indenitária do funcionário;	ter compromisso com os valores
funcionários: em primeiro lugar,	articular a Gestão de Pessoas	da gestão democrática.



cidadãos; Escolaridade básica e superior; o papel dos funcionários como educadores; funcionários: gestores na democracia escolar. ao espaço escolar; caracterizar os tipos de cargos e as funções na estrutura organizacional da escola; utilizar as técnicas de	SECRETARIA DE		sed on now hr
recrutamento, seleção, ambientação, treinamentos e desenvolvimento dos colaboradores; definir a importância dos funcionários na implementação	o papel dos funcionários como educadores;	caracterizar os tipos de cargos e as funções na estrutura organizacional da escola; utilizar as técnicas de recrutamento, seleção, ambientação, treinamentos e desenvolvimento dos colaboradores; definir a importância dos	sed.go.gov.br

BERGUR, Sandro Trescastro. **Gestão Estratégica de Pessoas no setor público**. São Paulo: Atlas, 2014. FERNANDES, B. H. R. **Administração Estratégica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAGATIN, S. B. Comportamento humano nas organizações. Curitiba: Ulbra, 2008.

BOLLANDER, G. W. Administração de Recursos Humanos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DUTRA, J. S. Gestão por competência. São Paulo: Gente, 2001.

MONLEVADE, João. **Funcionários de escolas públicas:** educadores profissionais ou servidores descartáveis? Brasília: IDEA, 1996.

COMPONENTE: DIREITO ADMINISTRATIVO

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE: 60h

PERFIL DE CONCLUSÃO

EMENTA

Conceitos fundamentais de Direito. O mundo do trabalho. A Constituição Federal e a conquista da cidadania. Os direitos do trabalhador brasileiro. Elementos de Direito Administrativo. Os funcionários da educação como sujeitos de sua própria história.

Ser capaz de identificar os conceitos do Aplicar os fundamentos legais do direito administrativo à gestão

COMPETÊNCIAS (C-H-A)

direito do mundo do trabalho que refletem criticamente sobre as ações dos funcionários da educação.	and a decrease of the sale and an extra		
CONHECIMENTOS	HABILIDADES ATITUDES		
Conceitos fundamentais de Direito; o mundo do trabalho; a Constituição Federal e a conquista da cidadania do trabalho brasileiro; elementos de Direito Administrativo; os funcionários da educação como sujeitos de sua própria história.	Identificar os conceitos fundamentais do Direito; examinar o direito a partir da norma escrita e da realidade cotidiana; identificar os modos de produção e suas respectivas épocas; analisar a contribuição da educação junto à cidadania; identificar os mecanismos constitucionais de exercício	Ser proativo no direito a partir da norma escrita da realidade cotidiana; realizar seu papel contribuindo com a educação para a cidadania com profissionalismo; ter compromisso com os valores da educação junto a cidadania; buscar o conhecimento da história de sujeito da própria história; reconhecer a Constituição Federal como instrumento que resguarda	



DESENVOLVIMENTO	da soberania popular;	e garante direitos e deveres individuais e coletivos.
	distinguir o Direito Administrativo como ramo do	individuals e coletivos.
	Direito Público Interno;	
	reconhecer as instâncias de	
	controle da Administração	
	Pública;	
	recordar a história da	
	Administração Pública no Brasil;	
	reconhecer a história de	
	mobilização dos funcionários	
	da educação;	
	reafirmar a condição de	
	sujeitos da própria história.	

CAMPOS, Nelson Palaia Ribeiro de. **Noções Essenciais de Direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COTRIM, Gilberto Vieira. Direito e Legislação: introdução ao Direito. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

COMPONENTE: EDUCADORES E EDUCANDOS: TEMPOS HISTÓRICOS

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE: 60h

EMENTA

A educação e a escola pública através dos processos históricos. A construção, organização e o significado das instituições escolares. Educação e ensino. Funções da escola na sociedade capitalista. As relações entre classes sociais e educação. Processos educativos: continuidades e descontinuidades. Movimentos sociais de mudanças e de resistência. Direitos sociais. Diversidade étnico-cultural: homens e mulheres sujeitos históricos. Governo, mercado e educação.

,				
PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)			
Ter um conhecimento histórico e de	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	s trabalhadores da educação, articulada		
interpretações da escola e da educação	aos princípios da administração	e às normas da LDBN, identificando os		
como espaços coletivos de formação	tipos de cargos e as funções n	a estrutura organizacional escolar, além		
humana, de contradições, de	do papel de cada sujeito a parti	r do conceito de gestão democrática;		
diversidade étnico-cultural.	explicar a emergente função social dos funcionários da educação,			
	delineando seu perfil atual a partir das novas demandas pedagógicas,			
	sociais e culturais do sistema educacional brasileiro.			
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES		
Compreender a educação por meio da	Identificar os conceitos	Ser proativo no direito a partir da		
História;	fundamentais da educação	norma escrita da realidade cotidiana;		
educação construída pelos padres da	por meio da história;	realizar seu papel contribuindo com a		
Companhia de Jesus;	examinar a educação pelos	educação para a cidadania com		
aulas régias: a educação dirigida pelo	padres da Companhia de profissionalismo;			
Marquês de Pombal;	Jesus;	ter compromisso com os valores da		



a família real	portuguesa e a educação
das elites;	
- 5-1	

a Educação escolar nas províncias e a descentralização do Ensino;

a república dos coronéis e as pressões populares pela educação escolar; manifestos de educação: ao povo e ao

o golpe militar e a educação pública; redemocratização: cidadãos consumidores;

governo;

identidade profissional e o projeto político-pedagógico;

políticas para a educação pública: direito e gestão.

identificar as aulas régias; reconhecer a família real portuguesa e a educação das elites; analisar a educação escolar

nas províncias e a descentralização do Ensino; identificar a república dos coronéis e as pressões populares pela educação escolar;

distinguir os manifestos da educação; conhecer o golpe militar e a

educação pública;

reconhecer a redemocratização dos cidadãos e consumidores; reafirmar a identidade profissional e o projeto

político pedagógico; distinguir as políticas da educação pública. educação para com a cidadania; buscar o conhecimento da história de suieito da própria história.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. MEC. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselhos Escolares:** uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Brasília, nov. 2004.

_____. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação**. Em cena, os funcionários de escola. Brasília, set. 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 39. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HILSDORF, Maria Lúcia, S. História da educação brasileira: leituras. São Paulo: Pioneira Thompson, 2003.

ROMANELLI, Otaíza. História da educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2003.

COMPONENTE: METODOLOGIA CIENTÍFICA

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE: 30h

EMENTA

Pesquisa científica: conceitos, finalidades, tipos, métodos e técnicas de pesquisa. Procedimentos técnicos e metodológicos de preparação, execução e apresentação da pesquisa científica. Formas de elaboração dos trabalhos acadêmicos. Normas técnicas. Abordagens qualitativas e quantitativas. Métodos de pesquisa: tradicionais, emergentes e de interface. Socialização do conhecimento.

PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)
Conhecer a relevância da pesquisa acadêmica e seus passos metodológicos, estando habilitado para produzir um TCC.	Demonstrar a importância dos passos metodológicos e referenciais teóricos da pesquisa para o aprofundamento do conhecimento e desenvolvimento da ciência; escolher um dos temas estudados no curso, delineando o processo de pesquisa a partir de aportes teóricos; descrever as estruturas necessárias à elaboração do pré-projeto e



DESENVOLVIMENTO	do relatório final de curso, explicitando sua elaboração a partir das normas de textos acadêmicos e preparando o texto final sob as regras da ABNT.		
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES	
Conceitos, finalidades, tipos, métodos e técnicas de pesquisa científica; procedimentos técnicos e metodológicos de preparação, execução e apresentação da pesquisa científica; formas de elaboração dos trabalhos acadêmicos; normas técnicas; metodologias de pesquisa; métodos de pesquisa: tradicionais, emergentes e de interface.	Traçar o cronograma de pesquisa; desenvolver as estruturas necessárias para elaborar o pré-projeto e o relatório de final de curso; implementar as estruturas necessárias para elaborar o relatório final de curso; utilizar as normas da ABNT para elaboração de pré-projeto e o relatório final de curso; separar material bibliográfico para pesquisa; produzir um pré-projeto de TCC.	Ser proativo para traçar um cronograma de ações para a pesquisa; cuidar da seleção de material para pesquisa; organizar o registro das citações do material bibliográfico.	

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Aidil J. da Silveira. **Fundamentos de Metodologia Científica:** um guia para a iniciação científica. São Paulo: Makron Books, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2007.

ETAPA III	
COMPONENTE: EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DIDÁTICOS	
CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE: 30h	

EMENTA

Debate sobre os conceitos básicos de didática e de metodologia do ensino na educação básica. Apresentação dos equipamentos e materiais da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio: do quadro de giz aos recursos específicos modernos. Estudo sobre os equipamentos e os recursos específicos para portadores de necessidades educacionais especiais. Descrição do papel do técnico em sua relação com professores e estudantes.

PERFIL DE CONCLUSÃO			COMPET	ΓÊΝC	CIAS (C-H-A	۱)			
Estar apto a correlacionar a didática com	Compreender	os	conceitos	de	didática,	sua	relação	com	а



os materiais es evos me equipamentos didáticos, selecionando aqueles que poderão ser mais adequados às atividades educativas.

metodologia de ensino e possíveis associações com os materiais e equipamentos didáticos, reconhecendo sua relevância para os vários níveis de aprendizagem e ensino;

diferir o uso didático dos equipamentos e das novas tecnologias, apontando sua função mediadora e facilitadora do processo ensino-aprendizagem, bem como seu papel atualizador do ato de ensinar.

CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Interrelações da didática e das	Coletar dados necessários para	Organizar o manuseio dos
metodologias de ensino no ambiente	subsidiar o processo de	materiais e dos
escolar;	planejamento da organização dos	equipamentos didáticos;
principais materiais e equipamentos	materiais didáticos;	ser proativo na busca de
didáticos utilizados nas escolas	identificar os diferentes tipos de	novas formas de inclusão
brasileiras;	deficiência no uso do material	dos materiais e
sala de aula: espaço educativo de	didático e indicar as possíveis	equipamentos didáticos em
convivência;	soluções;	sala de aula;
equipamentos didáticos na educação	promover um ambiente motivador	possuir motivação para
infantil;	para o uso dos multimeios didáticos	mostrar a importância do
materiais e equipamentos didáticos no	em sala de aula;	material e dos
ensino fundamental;	selecionar e indicar os materiais e	equipamentos didáticos nas
materiais e equipamentos didáticos no	os equipamentos didáticos	atividades educativas.
ensino médio;	adequados às atividades	
materiais e equipamentos didáticos na	educativas;	
Educação de Jovens e Adultos;	citar os materiais e os	
materiais e equipamentos didáticos na	equipamentos didáticos aplicáveis	
educação especial.	aos níveis de educação;	
	indicar os materiais e os	
	equipamentos didáticos adaptáveis	
	às modalidades de ensino.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANDAU, V. M. (Org.). A didática em questão. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BALLOU, Ronald H. **Logística empresarial: t**ransportes, administração de materiais, distribuição física. São Paulo: Atlas, 1992.

KAWAMURA, Lili. Novas tecnologias e educação. São Paulo: Ática, 1990.

MELLO, R. M. Tecnologia educacional. Paraná: CRTE Telêmaco Borba, 2004.

NOVAES, Antônio Galvão N. Logística aplicada: suprimento e distribuição. São Paulo: Pioneira, 1994.

COMPONENTE: INFORMÁTICA APLICADA À EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE: 60h

EMENTA

Introdução da informática na educação. Estudo da história da informática educativa no Brasil. Detalhamento sobre o uso do computador na escola como recurso pedagógico. Compreensão da importância da capacitação



e do papel do técnico em multimeios didáticos.

PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C	-H-A)
Descrever os potenciais usos da	Compreender o uso das diferentes tecn	ologias como ferramentas
informática na educação e preparar	facilitadoras do processo de ensino-apr	endizagem, analisando os
materiais didáticos a partir dela.	requisitos tecnológicos necessários para	um ambiente de apoio às
	propostas pedagógicas de uso dos	multimeios didáticos no
	processo ensino-aprendizagem;	
	compreender os benefícios da inform	aática na educação e da
	perene necessidade de reflexão sobre	e esse uso para fins de
	atualização e aperfeiçoamento do proces	sso educativo.
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Histórico da informática educativa no	Identificar diferentes tecnologias	Ser criativo no uso de
Brasil;	aplicáveis aos processos educativos;	softwares em atividades
o uso do computador na escola como	utilizar a tecnologia para a promoção	educacionais;
recurso pedagógico;	da escola inclusiva;	possuir proatividade na
a importância da capacitação e do papel	indicar a melhor maneira de	produção de materiais
do técnico em multimeios didáticos;	preservação das tecnologias	didáticos;
o uso da internet na educação;	disponíveis na escola;	ter interesse por
as redes sociais e a educação.	apontar a influência das tecnologias	aprofundar seu
	nos processos da unidade escolar;	conhecimento em
	listar os benefícios do uso dos	Informática.
	multimeios didáticos para o processo	
	ensino-aprendizagem;	
	selecionar <i>softwares</i> aplicáveis às	
	atividades educativas.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Práticas pedagógicas e uso da tecnologia na escola.** São Paulo: Érica, 2014. TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na educação:** novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. 2. ed. São Paulo: Érica, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NIQUINI, Débora Pinto. **Informática na educação:** implicações didático-pedagógicas e construção do conhecimento. Brasília: Universidade Católica de Brasília, Universa, 1996.

COMPONENTE: ESTATÍSTICA APLICADA À EDUCAÇÃO



ARGA HORÁRIA DO COMPONENTE: 60h

EMENTA

Apresentação de conceitos estatísticos básicos. Estudo de elementos conceituais relacionados a variáveis, tabelas e gráficos. Cálculo e confecção de distribuição de frequência. Estudo sobre medidas básicas da estatística.

СОМР	ETÊNCIAS (C-H-A)		
Conhecer os conceitos básicos da Estatística, associando os aspectos			
teóricos aos cálculos e às repre	sentações gráficas;		
aplicar essa relação prática à	as questões educacionais e realizar seu		
registro;			
realizar análise crítica do sist	tema educacional, por meio dos dados		
estatísticos, apontando qua	ais elementos devem ser substituídos,		
reestruturados ou otimizado	s, com vistas à eficácia do processo		
educativo.			
HABILIDADES ATITUDES			
Realizar cálculos matemáticos necessários à análise estatística dos processos educativos; interpretar e tabular dados estatísticos; elaborar gráficos e tabelas; interpretar gráficos e tabelas; aplicar os conceitos da Estatística à realidade educacional; medir o percentual de aprovação e reprovação escolar;	Ser fiel no registro dos dados coletados; ter ética na guarda das informações estatísticas; possuir proatividade na elaboração de quadros estatísticos.		
	Conhecer os conceitos básico teóricos aos cálculos e às repre aplicar essa relação prática à registro; realizar análise crítica do sist estatísticos, apontando qua reestruturados ou otimizado educativo. HABILIDADES Realizar cálculos matemáticos necessários à análise estatística dos processos educativos; interpretar e tabular dados estatísticos; elaborar gráficos e tabelas; interpretar gráficos e tabelas; aplicar os conceitos da Estatística à realidade educacional; medir o percentual de aprovação e reprovação		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CRESPO, Antônio Arnot. Estatística fácil. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DANTE, Luiz Roberto. Matemática: contexto e aplicações. 3. ed. São Paulo: Ática, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, Sérgio Francisco. Estatística aplicada à pesquisa em educação. Brasília: Plano Editora, 2004.

PEREIRA, Paulo Henrique. **Noções de estatística:** com exercícios para administração e ciências humanas (dirigidos à pedagogia e ao turismo). Campinas: Papirus, 2004.

COMPONENTE: GESTÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE: 60h

EMENTA

Apresentação da relação teórico-prática entre Administração e Gestão da Educação: concepções, escolas e



abordagens. Detalhamento da Gestão da Educação: fundamentos e legislação. Reflexão sobre a reforma do Estado brasileiro e sua relação com a gestão escolar: gestão, descentralização e autonomia, gestão democrática, fundamentos, processos e mecanismos de participação e de decisão coletiva.

fundamentos, processos e mecanismos de participação e de decisão coletiva.				
PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)			
Conhecer sobre as teorias da administração e ter condições de aplicálas às atividades planejadas a partir da estrutura escolar.	teórico-prática entre Administração e Gestão da Educação,			
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES		
Apresentação da relação teórico-prática entre administração e gestão da educação; a reforma do Estado brasileiro: a gestão da educação e da escola; a Gestão democrática da escola pública; democratização da gestão escolar; a autonomia da unidade escolar; a Gestão democrática e os trabalhadores em educação.	Enumerar as concepções e escolas teóricas da administração; correlacionar as concepções e as escolas teóricas da administração com gestão escolar; aplicar os princípios da administração na gestão escolar; utilizar técnicas e métodos para administrar atividades educativas; diagnosticar e interpretar situações administrativas no espaço escolar; elaborar estratégias para resolver conflitos escolares com alunos, famílias e comunidade; executar ações que promovam debates para o fortalecimento e a implementação da gestão democrática nas unidades escolares.	Focar na obtenção dos resultados elencados para o processo educativo; atuar em equipe no desenvolvimento de projetos relacionados à escola, à comunidade e à família; reconhecer a hierarquia existente na unidade escolar; apresentar postura de decisão diante de possíveis conflitos.		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVEIRA, Maria Eliza Nogueira. **Gestão escolar e políticas públicas educacionais:** um embate entre o prescrito e o real. Curitiba: Appris, 2013.

VEIGA, Ilma Passos A.; FONSECA, Marília (Orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico.** Campinas: Papirus, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira. Gestão e políticas da educação. Rio de Janeiro: DP&A,2004.

BORDIGNON, Genuíno. **Conselhos escolares:** uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica, 2004.

BRASIL. MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. n. 9394/1996.

COMPONENTE: FUNDAMENTOS LEGAIS E PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE: 60h

EMENTA



Reflexão sobre a história da educação brasileira. Descrição sobre o sistema educacional brasileiro. Análise introdutória da Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN). Levantamento sobre o papel das novas tecnologias nos espaços educacionais a partir dos documentos oficiais da educação brasileira.

COMPETÊNCIAS (C-H-A)

PERFIL DE CONCLUSAO COMPETENCIAS (C-H-A)			
Ter conhecimento sobre as leis que	Compreender a legislação educacional brasileira, identificando, no		
regem a educação brasileira e sua	meio escolar, sua contextualização e aplicabilidade, a fim de realizar		
relevância para o planejamento, a	críticas inerentes ao processo educat	ivo e sugerindo novas	
organização e a execução das atividades	estruturas e meios de aperfeiçoamento da	a cadeia organizacional do	
escolares.	processo educacional;		
	entender que as legislações sempre são	o construtos sociais que	
	refletem o momento histórico e demandas de nossa nação.		
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES	
A história da educação brasileira;	Identificar o processo histórico da	Manter sigilo diante da	
a estrutura do sistema educacional	educação brasileira;	obtenção de	
brasileiro;	relacionar as leis que regulam a educação	informações	
análise introdutória da Leis de Diretrizes	brasileira;	administrativas;	
e Bases da Educação Nacional (LDBN);	identificar os processos de	atualizar-se nos	
o papel das novas tecnologias nos	,	fundamentos da	
espaços educacionais a partir dos	9	educação.	
documentos oficiais da educação	tecnologias nos espaços educativos;		
brasileira.	identificar os fundamentos legais do uso		
	das novas tecnologias nos espaços		
	educativos;		
	citar a estrutura na qual a educação		
	fundamental está organizada;		
	precisar sobre os níveis e modalidades de		
DIDLIOCDATIA PÁCICA	educação no Brasil.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			

LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

VIEIRA, Jair Lot. Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional e legislação complementar. São Paulo: Edipro, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEDEIL DE CONCLUSÃO

PILETTI, N. Estrutura e funcionamento do ensino fundamental. São Paulo: Ática, 2001.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação:** por uma outra política educacional. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

COMPONENTE: PRODUÇÃO TEXTUAL NA EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE: 60h

EMENTA

Apresentação do texto como registro de experiências pessoais e suas características: clareza, coerência, precisão, concisão, objetividade, coesão, criatividade. Elaboração de redação oficial. Estruturação e produção de solicitações, requerimentos, memorandos, circulares, atas, relatórios, e-mail, tabelas e gráficos.

PERFIL DE CONCLUSÃO			NCLUSÃO		COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
Ter	ciência	sobre	а	importância	da	Entender sobre a relevância da comunicação escrita como meio de



SELECTARIA DE	sed on now br
comunicação descrita maso relações	registro e resgate da experiência pessoal e meio formal de
pessoais e organizacionais, além de ser	organização e escrituração das informações e comunicações nas
capaz de ler e produzir textos para esses	organizações;
fins.	conhecer as regras e as estruturas na produção de textos, aplicando-
	as na elaboração de atas, ofícios, relatórios, memorandos, e-mail,
	etc.;
	realizar leitura analítica de cada texto.

CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES		
Qualidades do texto: objetividade,	Discorrer sobre a produção de	Manter a organização no		
coesão e criatividade;	texto como meio de afirmação	arquivamento dos documentos;		
redação oficial;	da identidade cidadã;	ter interesse por se atualizar sobre		
ofício: solicitações e requerimentos;	escrever carta pessoal;	as regras de produção de textos		
memorandos, circulares, correio	diferir memorandos, circulares	oficiais;		
eletrônico;	e ofícios;	ser proativo para buscar no Word		
circular: a mesma informação, vários	elaborar texto acadêmico;	as ferramentas que podem		
destinatários;	estruturar documentos oficiais;	otimizar a produção de textos,		
correspondência oficial: produzindo atas	enviar e-mail;	tabelas e gráficos.		
e relatórios.	produzir ata;			
,	ler tabelas e gráficos.			

PECORA, Alcir. Problemas de redação. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

VIANA, Antônio Carlos. Guia de redação: escreva melhor. Rio de Janeiro: Scipione, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Todos os textos:** uma proposta de produção textual a partir de gêneros e projetos. São Paulo: Atual, 1998.

COSCARELLI, Carla Viana; MITRE, Daniela. **Oficina de leitura e produção de textos:** livro do professor. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. O que é cidadania. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GARCEZ, Lucília H. do Carmo. **Técnica de redação:** O que é preciso para escrever bem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JULIANA, Maria Tércia. Curso completo de redação para todos os fins. Brasília: Pró-Redação, 2004.

NEGRINHO, Maria Aparecida. Aulas de redação. São Paulo: Ática, 1998.

COMPONENTE: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE: 100h

EMENTA

Elaboração, orientação e entrega do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), nos moldes de artigo científico, relatório, monografia e/ou afins, obedecendo às normas e aos regulamentos metodológicos.

PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)			
Demonstrar desenvolvimento lógico e Compreender o conhecimento científico e tecnológico numa				
fundamentado de um tema específico, a	perspectiva interdisciplinar, definindo as fases de execução de			
ser apresentado de acordo com as projetos com base na natureza e na complexidade das atividades;				
formalidades técnicas exigidas pela	reorganizar os recursos necessários e o plano de produção,			



metodologia científica.	identificando as fontes para o desenvolvimento do projeto.		
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES	
Construção de conceitos relativos ao tema do trabalho: definições, terminologia, simbologia etc.; definição dos procedimentos metodológicos; elaboração e análise dos dados de pesquisa: seleção, codificação, relatório e tabulação; formatação de trabalhos acadêmicos.	recursos destinados ao TCC;	Ser proativo para traçar ações para pesquisa; ter cuidado na seleção de material para pesquisa; ser organizado no registro das citações do material bibliográfico.	

CARVALHO, Maria C. M. **Construindo o saber**: metodologia científica - fundamentos e técnicas. 24. ed. Campinas: Papirus, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis: Vozes, 1981.

RUIZ, J. A. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1996.

SEVERINO, A. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

VERGARA, Sylvia Const. Projetos e relatórios de pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2000.

6.3 POSSIBILIDADES DE SAÍDAS INTERMEDIÁRIAS

O curso prevê em seu itinerário formativo, **saídas intermediárias com terminalidade**, definidas seus perfis profissionais, com observância à CBO, que identificam uma ocupação de mercado, conforme quadro a seguir:

EST	TRUTURA	IDENTIFICAÇÃO: Saídas Intermediárias e de Práticas Profissionais	CBO/CNCT	HORAS
ETAPA 1	QUALIFICAÇÃO	Auxiliar Administrativo	CBO-4110-05	450
ETAPA 2	QUALIFICAÇÃO	Auxiliar de Secretaria Escolar	CNTC	420
ЕТАРА 3	HABILITAÇÃO	Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar	CBO-3515-05	330



			Name of Street
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	Total	s e d	go.gov.t 430
	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)		100
	CARGA HORÁRIA TOTAL		1300

6.4 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), fundamental para a integralização do currículo, e, consequentemente, para diplomação com a Habilitação de Técnico em Secretaria Escolar, é uma atividade acadêmica que consiste na sistematização, registro e apresentação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos, adquiridos e produzidos na área do curso, como resultado do trabalho de pesquisa de investigação científica e extensão, com a finalidade de estimular a curiosidade e o espírito questionador do acadêmico e para transferência de conhecimentos e tecnologias.

O trabalho proporciona ao estudante a oportunidade de revelar seu domínio quanto à elaboração de uma proposta de trabalho que demonstre capacidade de análise, resolução de problemas, propostas de melhorias entre outros aspectos que, de forma geral, irão comprovar os conhecimentos acadêmicos e técnicos construídos pelo aluno durante o curso.

O TCC, quando previsto no plano de curso, é obrigatório e sua carga horária de 100 horas está acrescida ao mínimo exigido para o curso. Ele é precedido de 30 horas para o estudo de Metodologia Científica, quando será disponibilizado ao aluno o Manual de TCC para auxiliá-lo na formatação e orientações de ABNT. O TCC abrange 100 horas para desenvolvimento e pesquisa para elaboração do trabalho escrito.

As competências, habilidades, bases tecnológicas, critérios de avaliação, linhas de pesquisa, normas de elaboração e estruturação (registro) e de apresentação (oral) são definidas na época de execução para que os padrões estabelecidos atendam com mais eficiência ao perfil da turma e às necessidades de mercado.

O processo de realização do TCC está disciplinado por Instrução Normativa Interna, de modo a garantir ao aluno total apoio para realização desta atividade acadêmica, sendo obrigatória a assistência (orientação) por parte de um professor orientador.

Além do TCC, o ITEGO, a fim de fortalecer a relação teoria-prática, deverá sempre que possível, planejar e executar outras formas de prática profissional, como, por exemplo, situações de vivência, aprendizagem e trabalho como: experimentos e atividades específicas em ambientes especiais (laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros), bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras.



6.5. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E METODOLOGIA INCLUINDO A RELAÇÃO TEORIA/PRÁTICA; FLEXIBILIDADE, INTERDISCIPLINARIDADE E CONTEXTUALIZAÇÃO, E ARTICULAÇÃO ENTRE OS MÓDULOS OU ETAPAS

O curso apresenta diferentes atividades pedagógicas para trabalhar as bases tecnológicas e atingir os objetivos. Assim, a metodologia do trabalho pedagógico com as bases tecnológicas apresenta grande diversidade, variando de acordo com as necessidades dos estudantes, o perfil do grupo/classe, as especificidades de cada componente curricular, o trabalho do professor, dentre outras variáveis, envolvendo: aulas expositivas dialogadas, com apresentação de slides, explicação dos conteúdos, exploração dos procedimentos, demonstrações, leitura programada de textos, análise de situações-problema, esclarecimento de dúvidas e realização de atividades individuais, em grupo ou coletivas.

Os componentes curriculares que abordam bases tecnológicas específicas da área têm como necessárias aulas práticas em laboratórios para garantir aprendizagem significativa. Em se tratando de um curso técnico, é essencial o desenvolvimento prático das atividades a serem realizadas futuramente no ambiente de trabalho. As aulas práticas requerem a divisão das turmas, visto que nossos laboratórios comportam um **número máximo de 25 alunos**, privando pela segurança e pelo aprendizado, havendo necessidade de dois professores para projetos, pesquisas, trabalhos, seminários, debates, painéis de discussão, apresentação de vídeos técnicos, estudos de campo, estudos dirigidos, tarefas, orientação individualizada. Além disso, o aluno terá a oportunidade de utilizar diferentes recursos tecnológicos de informação e comunicação (TICs).

Cada componente curricular será planejado pelo professor que irá ministrar e planejar o desenvolvimento da metodologia de cada aula de acordo com as especificidades do componente curricular.

Com o propósito de aperfeiçoar a prática profissional dos estudantes, serão feitas visitas técnicas com a finalidade de complementar o ensino e a aprendizagem, proporcionando ao discente a oportunidade de visualizar os conceitos analisados em sala de aula/laboratório. É um recurso didático-pedagógico que obtém ótimos resultados educacionais, pois os discentes, além de ouvirem, veem e sentem a prática da organização, tornando o processo mais motivador e significativo para a aprendizagem.

Adotando essa postura, o docente não apenas resgata o interesse e a atenção da turma, como auxilia o estudante na construção do repertório de conhecimentos de uma forma muito mais eficiente. Neste processo há troca de ideias, discute-se, lançam-se questões provocativas, chama-se à reflexão e estimula o pensamento crítico e inovador.

A prática profissional será desenvolvida nos laboratórios da unidade escolar por meio de das orientações dos docentes. A parte prática do curso (os componentes curriculares) será incluída na carga horária da habilitação profissional e não está desvinculada da teoria, pois constitui e organiza o currículo. Será desenvolvida ao longo do curso por meio de atividades como estudos de caso, visitas técnicas, conhecimento de mercado e das empresas, pesquisas,



sed go gov br trabalhos em grupo, individual e relatórios. As atividades inerentes a cada aula são explicitadas nos planos de trabalho dos docentes.

6.6 CRONOGRAMA DO CURSO

O curso organizado em Etapas, neste caso, com terminalidade, não possui correspondência com o ano civil, mas com o cumprimento da carga horária prevista na organização curricular e poderá ter início a qualquer época do respectivo ano, bastando, para tanto, o cumprimento das horas-aulas previstas no plano de curso de acordo com sua natureza. A hora-aula, de efetivo trabalho docente, deve ter a duração igual à hora relógio de 60 minutos.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM SECRETARIA ESCOLAR			
	Componentes Curriculares	Carga horária	Dias Letivos
	Responsabilidade Social	30h	7
	Ética e Relações Interpessoais	30h	7
	Empreendedorismo	30h	7
	Português Instrumental	60h	14
	Matemática Básica	60h	14
Etapa I	Fundamentos da Administração	60h	14
Ltapai	Contabilidade Geral	60h	14
	Gestão de Pessoas	60h	14
	Administração e Organização do Trabalho	60h	14
	SOMA Cargas horárias - Etapa I	450	105
	Qualificação Profissional: Auxiliar Administrativo (CNTC)		
	Componentes Curriculares	Carga horária	Dias Letivos
	Atendimento ao Público	30h	7
	Marketing Pessoal	60h	14
	Arquivos e Protocolo	60h	14
	Homem, Pensamento e Cultura	60h	14
Etapa II	Funcionários de Escolas: Cidadãos, Educadores, Profissionais e Gestores	60h	14
	Direito Administrativo	60h	14
	Educadores e Educandos: Tempos Históricos	60h	14
	Metodologia Científica	30h	7



SOMA Cargas horárias - Etapa II 420 98 Saída Intermediária: Auxiliar de Secretaria Escolar (CNTC) Carga Dias **Componentes Curriculares** horária Letivos 30h 7 Equipamentos e Materiais Didáticos Informática aplicada à Educação 60 h 14 Estatística aplicada à Educação 60 h 14 Gestão da Educação Escolar 60 h 14 Etapa III Fundamentos Legais e Princípios da Educação Nacional 60 h 14 Produção Textual na Educação 60 h 14 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) 100h 25 **SOMA Cargas horárias - Etapa III** 430 102 Habilitação: Técnico de Nível Médio em Secretaria Escolar **Total da Carga Horária do curso:** 1300 305

7. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DA AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM E DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

7.1. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DA AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem deve ser contínua, diagnóstica, somativa, inclusiva e processual, envolvendo os aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores relacionados com os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores requeridos pelo perfil profissional de conclusão dos cursos, devendo estimular reflexões sobre a ação pedagógica desenvolvida pela Instituição.

As evidências do desenvolvimento e construção das competências: conhecimentos, habilidades e atitudes requeridas pelo perfil profissional, podem se dar em qualquer momento do processo educativo, especialmente no emprego de estratégias nas situações de aprendizagem ativa, tais como: situações-problemas, projetos, estudos de caso, visitas técnicas e/ou outras atividades hipotéticas de simulação ou em atividades reais de exercício profissional.

O desempenho satisfatório do aluno é o principal indicador da eficiência do processo ensino-aprendizagem, devendo o ITEGO possibilitar oportunidades de reforço e recuperação, quando não se evidenciarem os resultados esperados.

O ITEGO deverá estabelecer sistemática de monitoramento do processo avaliativo com base em indicadores de sua efetividade e o professor é o profissional responsável pelo estabelecimento de estratégias diferenciadas de recuperação ao aluno de menor rendimento, zelando pelo seu processo de aprendizagem.



Na análise das atividades avaliativas desenvolvidas pelos alunos, os professores deverão observar questões como: o planejamento, a autenticidade, a participação, o domínio do conhecimento, a criatividade, as sugestões, a apresentação e a autonomia dos alunos.

Com base nas observações estabelecidas, o professor deverá ser capaz de verificar, com o auxílio de instrumentos avaliativos adequados, se os alunos desenvolveram satisfatoriamente as competências e suas habilidades requeridas.

Dentre outras possibilidades, os **instrumentos e as formas** de avaliação mais adequadas ao modelo proposto, a serem utilizadas para aferição da aprendizagem dos alunos, poderão ser:

- I. realização e/ou apresentação de trabalhos individuais ou em equipe;
- II. realização de projetos integradores temáticos;
- III. realização de provas orais e/ou escritas (tradicional);
- IV. elaboração de relatórios;
- V. realização de atividades de pesquisa em sala de aula ou extraclasse;
- VI. resolução de situações-problemas;
- VII. observação sistemática do desempenho e participação dos alunos;
- VIII. construção de portfólio e de memoriais;
 - IX. outras atividades em que haja participação efetiva do aluno.

A sistemática de avaliação deverá contemplar estratégias variadas e diversificadas a serem utilizadas como meio de diagnóstico e verificação da aprendizagem do aluno com a finalidade de correção de rumos e replanejamento. Tal sistemática deverá ser explicitada aos alunos pelo respectivo professor do componente curricular, tão logo se iniciem as aulas. Toda e qualquer atividade de avaliação aplicada deverá ter a sua correção explicitada pelo professor e devolvida ao aluno para que este possa acompanhar e melhorar seu desempenho escolar.

O resultado final do aluno para fins de emissão de certificado ou diploma de conclusão de curso deverá satisfazer duas condições simultâneas: aprovação na construção das competências previstas na matriz curricular e, no máximo 25% (vinte e cinco) de faltas do total da carga horária da etapa, expresso com o conceito APTO ou NÃO APTO.

Não é permitido realizar atividades de recuperação por falta e, caso a soma dos percentuais de falta de todos os componentes da etapa for superior a 25% da carga horária prevista, o aluno será considerado NÃO APTO nesta etapa, não podendo obter a certificação correspondente, nem dar sequência ao curso.

O cálculo dos percentuais de faltas, que não poderá exceder a 25% da carga horária da etapa, dar-se-á de forma sequencial e sucessiva pelo somatório dos percentuais de faltas de cada um dos componentes curriculares da etapa, e em nenhum destes, poderá exceder a



50% da sua respectiva carga horária. Excedendo a 50% de faltas em um determinado componente, o status do aluno, neste componente, também será NÃO APTO por frequência, devendo neste caso, realizá-lo na íntegra novamente.

O conceito NÃO APTO é unívoco, utilizado quando o aluno não consegue executar satisfatoriamente as habilidades previstas para o componente curricular, quando comete erros conceituais e/ou operacionais que comprometem o domínio das capacidades requeridas para o perfil profissional ou ultrapassou o limite permitido de faltas.

7.1.1 Da recuperação

A recuperação da aprendizagem deverá constituir-se em uma intervenção contínua e processual, desenvolvida durante todo o percurso de formação pretendida e destina-se à superação das possíveis dificuldades de aprendizagens apresentadas pelos alunos.

A recuperação, inerente aos componentes curriculares nos quais o aluno apresenta dificuldades de aprendizagem, será desenvolvida sob a orientação e acompanhamento dos professores, de forma concomitante aos respectivos componentes de forma contínua.

Em casos de necessidades de intervenções mais específicas para recuperação da aprendizagem, serão adotados expedientes de Recuperação Paralela, realizada na forma de Encontros e Plantões Pedagógicos, dentre outras estratégias, em dias e horários a serem combinados pelas partes envolvidas.

A Coordenação Pedagógica e Supervisão de Eixo/Curso fará o devido monitoramento da eficácia dos processos de recuperação contínua e paralela e caso necessário, será aplicada a recuperação especial, em atendimento aos alunos em dependência, ao final das etapas/curso.

Serão disponibilizadas ao aluno três oportunidades de recuperação para situações específicas:

- **Recuperação Paralela:** é uma atividade acadêmica que ocorre concomitantemente ao desenvolvimento dos componentes curriculares. Fica sujeito à recuperação paralela o estudante que não alcançar o conceito final no componente curricular de APTO.
- Recuperação Especial: disponibilizada aos alunos que não lograram êxito em algum componente curricular de determinada etapa, que estão em DEPENDÊNCIA.
- **Recuperação Final:** no final do curso, caso o aluno ainda esteja em DEPENDÊNCIA em algum Componente Curricular, terá a oportunidade de realizar a Recuperação Final, realizada por meio de aplicação de nova avaliação.

7.1.2. Da dependência

O conceito de dependência é utilizado para o aluno que não obteve aprovação nas atividades avaliativas previstas para o componente/etapa, exclusivamente em termos de nota



ou conceito, mas que ainda terá oportunidade de realizar novos processos de recuperação a serem disponibilizados pelo ITEGO.

A quantidade máxima de componentes curriculares a que um aluno pode ficar em dependência está limitada a 40% (quarenta) dos componentes previstos na matriz curricular do curso, desde que não sejam pré-requisitos previstos no Plano de Curso.

Ficará em DEPENDÊNCIA o aluno que não obtiver aprovação nas atividades avaliativas previstas para o componente/etapa, exclusivamente em termos de nota ou conceito, mas ainda terá oportunidade de realizar novos processos de recuperação a serem disponibilizados pelo ITEGO.

7.2. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Em conformidade com as Resoluções CNE/CEB nº 006/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e CEE nº 004/2015, que fixa normas para a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-Graduação para o Sistema Educativo do Estado de Goiás, e dá outras providências.

Art. 36 Para prosseguimento de estudos, a instituição de ensino pode promover o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do estudante, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

I - em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

II - em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;

III - em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;

IV - ... (CNE/CEB nº 06/2012).

Art. 15 Para fins de aproveitamento de estudos e/ou experiências anteriores, diante da perspectiva do prosseguimento de estudos, a instituição de educação receptora deverá avaliar e reconhecer, total ou parcialmente, os conhecimentos e as habilidades adquiridas tanto nos cursos de Educação Profissional, como os adquiridos na prática laboral pelos trabalhadores (CEE nº 04/2015).

O procedimento para a validação de aproveitamento de estudos e experiências anteriores dar-se-á:

a) por meio de requerimento formal do aluno, solicitando e justificando, a necessidade de aproveitamento de estudos e/ou experiências anteriores, realizado no início do primeiro componente, nos termos do Regimento Interno, para instrução do respectivo processo.

O requerimento deverá acompanhar:

- 1. histórico escolar, original e fotocópia, com carga horária e aprovação no (s) componente (s) curricular (es), em atendimento ao Art. 36 da Resolução CNE/CEB n° 06/12, item I e II;
- 2. plano de ensino com as ementas dos componentes curriculares solicitados, devidamente autenticados pela instituição de origem;



3. outro documento que comprove a realização de estudos ou de experiências, conforme cada caso, em atendimento ao Art. 36 da Resolução CNE/CEB n° 06/12, item III.

- b) instauração de uma Comissão Especial para condução do processo;
- c) a Comissão Especial, deverá verificar necessidade de:
- 1. convocar especialista para a análise documental;
- 2. compor banca para aplicação de avaliação;
- 3. elaboração de instrumentos e de estratégias para verificação dos conhecimentos e/ou experiências, em laboratório e/ou outras práticas adequadas à situação;
 - 4. recursos e insumos necessários a realização de todas as atividades previstas.

d) deve ainda observar:

- 1. a perfeita correspondência ou superação do previsto nos documentos apresentados versus a ementa, o programa/plano de ensino e a carga horária pretendida, quer em outra instituição ou no próprio ITEGO;
- 2. a elaboração de relatório analítico descritivo, consubstanciando os conhecimentos e habilidades prévias do aluno versus os conhecimentos e habilidades requeridas pela Instituição, emitindo parecer favorável ou não ao requerimento;
- 3. uma vez finalizado o Processo de Solicitação de Aproveitamento de Estudos deverá encaminhar à direção da Instituição, para conhecimento e encaminhamento à Secretaria Acadêmica para os trâmites legais.

8. INSTALAÇÕES FÍSICAS, EQUIPAMENTOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS, BIBLIOTECA, PLANTA BAIXA E QUADRO DE OCUPAÇÃO DAS SALAS

8.1. INSTALAÇÕES FÍSICAS, EQUIPAMENTOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS

O Instituto Tecnológico de Goiás de **Porangatu** possui uma área total de 18.824 m² e uma área construída de 2.545 m², com a estrutura física composta, conforme detalhamento a seguir:

ITEGO de Porangatu			
Natureza	Ambiente	Qtde	
	Salas de Aula	6	
	Sala de Apoio (Pronatec)	1	
S	Lab. de Informática	8	
Espaços ducativos	Lab. de Enfermagem	2	
Espaços ducativo	Lab. de Nutrição	1	
Edu	Lab. de Higiene Dental	1	
	Lab. de Gastronomia	1	
	Lab. de Hospitalidade	1	
	Lab. de Topografia	1	



ITEGO de Porangatu			
Natureza	Ambiente	Qtde	
	Auditório	1	
	Biblioteca	1	
	Sala da Secretaria	1	
	Sala de Administração	1	
So	Almoxarifado	1	
Espaços Administrativos	Sala da Direção	1	
Espaços ninistrati	Recepção	1	
Spa	Sala de Reunião	1	
d E	Copa	1	
ď	Sala PABX	1	
	Sala Arquivo	1	
	Sala dos Professores	1	

8.2 Instalações Físicas, Equipamentos e Recursos Tecnológicos

Para ministrar o curso será utilizada a estrutura física e os ambientes específicos por meio de instrumentos legais que possibilitem ao aluno vivenciar a profissão de acordo com as experiências legais portadores de necessidades especiais. O ITEGO possui as seguintes instalações físicas, equipamentos e recursos tecnológicos, conforme dados abaixo:

Instalações mínimas:

SECRETARIA DE

- ✓ Laboratório de Informática com as salas de aula mobiliadas adequadamente, a escola está adaptada para acesso de computadores com acesso à internet;
 - ✓ Sala de aula adequadamente mobiliada.

Recursos pedagógicos que o ITEGO tem a oferecer ao seu corpo docente e discente são: televisões 29'; DVDs; videocassetes; aparelhos de som portáteis; projetores datashow; computadores com acesso à Internet; Laboratórios de Informática; Laboratório de Enfermagem, e a biblioteca.

8.3. Biblioteca

A Biblioteca do Instituto conta com um acervo com diversos títulos, dentre os quais os referentes ao **Eixo tecnológico de Desenvolvimento Educacional e Social**. A Biblioteca tem uma área de 111,97 m², bem arejada, dispõe de 07 (sete) computadores Dell optiplex 390, intel core – memória RAM 4.0 GB com acesso à internet, 05 (cinco) mesas com 06 (seis) cadeiras cada para estudo em grupo, 19 (dezenove) prateleiras cor bege, 01 (um) armário para arquivo 04 gavetas, 02 (dois) armários colmeia guarda volume com 25 repartições, 08 (oito) ventiladores de teto, 01 (um) aparelho telefônico intelbras, 01 (um)



ar-condicionado Split 30.000 BTU's Komeco, 01 (uma) câmera de segurança com Infra

Vermelho, 01 (um) CPU VAIP, 04 (quatro) estabilizadores 06 tomadas SMS, 01 (um)

estabilizador com 4 Tomadas Power, 01 (um) Modem D-LINK DES-1024 A, 01 (um) monitor

Samsung, 01 (um) balcão de atendimento, 01 (uma) banqueta de madeira 4 pés e assento, 01

(uma) cadeira fixa funcionário azul, 01 (um) mouse duex, 02 (duas) caixinhas de som login,

01 (um) teclado evus, 01 (uma) secretária giratória azul, 03 (três) mesas para

Microcomputador teclado central, 04 (quatro) mesas retas borda reta cinza metalizado, 01

(uma) mesa retangular cinza, 01 mesa retangular bege com bordas pretas, 01 (um) extintor

de incêndio do tipo BC Selo: 103425968.

ACERVO DA BIBLIOTECA*				
DESCRIÇÃO	TÍTULOS		EXEMPLARES	
DESCRIÇÃO		Curso	Geral	Curso
I – LIVROS	1650		1650	
II. PERIÓDICOS				
III. BANCO DE MONOGRAFIAS/ TCC				
IV. OUTROS FORMATOS (CD/ DVD/ digital, etc.)				
TOTAL	1650		1650	

^{*}Síntese: Total de títulos, exemplares, descrição de periódicos...

Constam do acervo bibliográfico os itens listados a seguir, conforme bibliografia apresentada no projeto do curso.

	ACERVO DA BIBLIOTECA – EXISTENTE		
I - LIV	/ROS		
Ord.	Título	Exemplares	Atende ao
			Curso
1	SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.	1	Sim
2	CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo : dando asas ao espírito empreendedor. 4. ed. São Paulo: Manole, 2012.	1	Sim
3	DORNELAS, José. Empreendedorismo : transformando ideias em negócios. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.	1	Sim
4	MEDEIROS, João. Redação científica : a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.	1	Sim



5	BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa . São Paulo: Nova Fronteira, 2009.	1	Sim
6	SILVA, Fernando César Marra; ABRÃO, Mariângela. Matemática básica para decisões administrativas . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.	1	Sim
7	SILVA, Sebastião Medeiros. Matemática básica para cursos superiores . São Paulo: Atlas, 2002.	1	Sim
8	CHIAVENATO, Idalberto. Administração : Teoria, processo e prática. 4. ed. São Paulo: Campus, 2007.	1	Sim
9	LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto. Administração princípios e tendências . São Paulo: Saraiva, 2006.	1	Sim
10	IUDÍCIBUS, Sérgio; MARION, José Carlos. Introdução à teoria da Contabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.	1	Sim
11	MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial . 14. ed. São Paulo: Atlas, 2009.	1	Sim
12	MARION, José Carlos. Contabilidade básica . São Paulo: Atlas, 1998.	1	Sim
13	DESSLER, Gary. Administração de Recursos Humanos . São Paulo: Pearson, 2008.	1	Sim
14	CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas : o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.	1	Sim
15	CILETTI, Dorene. Marketing pessoal . São Paulo: Editora Cengage Learning, 2010.	1	Sim
16	COSTA, Flávio Martins da. Marketing pessoal : o sucesso na vida pessoal e profissional. Curitiba: Juruá, 2016.	1	Sim
17	FONSECA, Maria Odila. Arquivologia e Ciência da Informação. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 2007.	1	Sim



	SECRETARIA DE		sed an any hi
18	PAES, Marilena Leite. Arquivo : teoria e prática. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2008.	1	Sim
19	GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	1	Sim
20	MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.	1	Sim
21	SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.	1	Sim
22	GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . São Paulo: Atlas, 1996.	1	Sim

	ACERVO DA BIBLIOTECA – AQUISIÇÃO		
I – LIVR	OS		
Ord.	Títulos	Exemplares	Atende ao
			Curso
1.	ASHLEY, P. A. (Coord.). Ética e responsabilidade social nos	1	sim
	negócios. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.		
2.	ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. Filosofando : introdução à	1	sim
	Filosofia. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2009.		
3.	CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao	1	sim
	espírito empreendedor. 4. ed. São Paulo: Manole, 2012.		
4.	CEREJA, William Roberto. Gramática : texto, reflexão e uso. 4.	1	sim
	ed. São Paulo: Atual, 2012.		
5.	SILVA, Fernando César Marra; ABRÃO, Mariângela.	1	sim
	Matemática básica para decisões administrativas. 2. ed. São		
	Paulo: Atlas, 2008.		
6.	CHIAVENATO, Idalberto. Administração : teoria, processo e	1	sim
	prática. 4. ed. São Paulo: Campus, 2007.		
7.	IUDÍCIBUS, Sérgio; MARION, José Carlos. Introdução à Teoria	1	sim
	da Contabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		



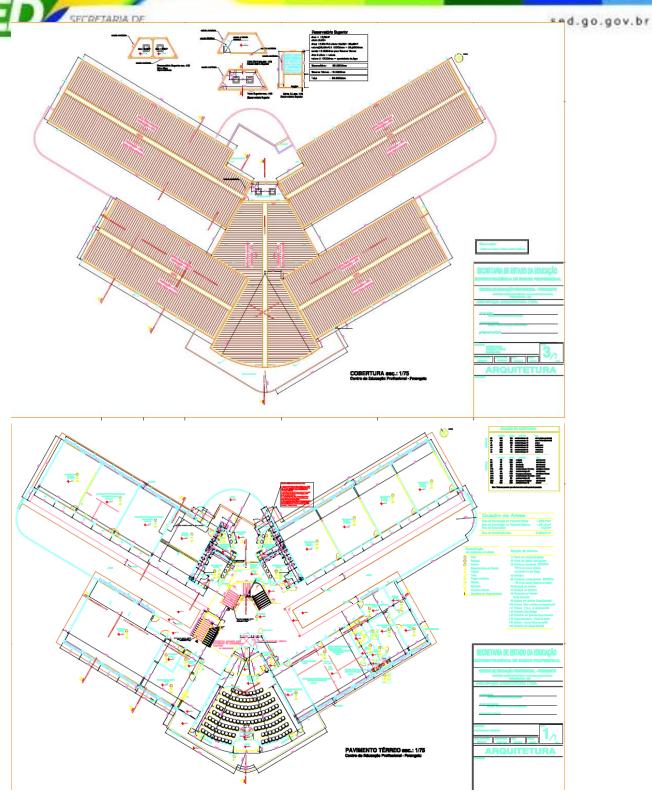
3 B 🖊	SECDETADIA DE	sed	aa aau b
8.	DESSLER, Gary. Administração de Recursos Humanos. São	1	sim
	Paulo: Pearson, 2008.		
9.	SILVA, Velcir Portella da; COSTA, Alexandre Marino. Sistema	1	sim
	de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional. Contribuições		
	a Gestão no Judiciário Catarinense. Florianópolis, 2012. p.		
	229-248. v. 2. (Coleção Gestão Organizacional e Tecnologia		
	em Recursos Humanos).		
10.	ALMEIDA, Sérgio. Cliente, eu não vivo sem você: o que você não	1	sim
	pode deixar de saber sobre qualidade em serviços e clientes.		
	Bahia: Casa da Qualidade, 1995.		
11.	CILETTI, Dorene. Marketing Pessoal. São Paulo: Cengage	1	sim
	Learning, 2010.		
12.	FONSECA, Maria Odila. Arquivologia e Ciência da	1	sim
	Informação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.		
13.	ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith et al. Linguagens, espaços e	1	sim
	tempos no ensinar e aprender. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A,		
	2001.		
14.	BERGUR, Sandro Trescastro. Gestão Estratégica de Pessoas no	1	sim
	setor público. São Paulo: Atlas, 2014.		
15.	CAMPOS, Nelson Palaia Ribeiro de. Noções Essenciais de	1	sim
	Direito . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.		
16.	BRASIL. MEC. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Programa	1	sim
	Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.		
	Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da		
	educação pública. Brasília, nov. 2004.		
17.	GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 5.	1	sim
	ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
18.	CANDAU, V. M. (Org.). A didática em questão. 35. ed.	1	sim
	Petrópolis: Vozes, 2011.		
19.	NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Práticas pedagógicas e uso da	1	sim
	tecnologia na escola. São Paulo: Érica, 2014.		



	SECRETARIA DE	sed.	go.gov.br
20.	CRESPO, Antônio Arnot. Estatística fácil. 19. ed. São Paulo:	1	sim
	Saraiva, 2009.		
21.	OLIVEIRA, Maria Eliza Nogueira. Gestão escolar e políticas	1	sim
21.	OLIVEINA, Maria Eliza Noguella. Gestao escolar e politicas		51111
	públicas educacionais: um embate entre o prescrito e o real.		
	Curitiba: Appris, 2013.		
		-	
22.	LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar:	1	sim
	políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez,		
	2012.		
	2012.		
23.	PECORA, Alcir. Problemas de redação . 6. ed. São Paulo: Martins	1	sim
	Fontes, 2011.		
	, ,		
24.	CARVALHO, Maria C. M. Construindo o saber: metodologia	1	sim
	científica - fundamentos e técnicas. 24. ed. Campinas: Papirus,		
	2015.		
	2013.		

8.4 Planta baixa do ITEGO









8.5 Quadro de Ocupação das Salas

Em anexo

9. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

Os cursos técnicos da REDE ITEGO possuem uma equipe de apoio segundo as diretrizes estabelecidas pela SED. A equipe é composta por:

	QUADRO PESSOAL TÉCNICO E DOCENTE			
Ord.	Nome do Servidor	Cargo	Formação - Experiência Profissional - Curriculum Vitae (resumo)	Componente (s) curricular(es) de possível atuação
01	Maurina Ferreira Bueno	Diretora/ 40h	 Graduação: Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás. Experiência Profissional: Tecnológico do Estado de Goiás Maria Sebastiana da Silva, atuando como Diretora do ITEGOMSS. 	Docência e Gestão Pedagógica
02	Izabella Fernanda Modesto Simião	Secretária Acadêmica/ 40h	Graduação: ■ Bacharel em Enfermagem pela Faculdade do Norte Goiano ■ Técnica em Secretariado pelo	Gestão Administrativa



		SELEPTARU			SUPPLEMENTAL PROPERTY OF THE PARTY.
		DESENVOL		Instituto Tecnológico do Estado de	sed.go.gov.br
		CAC DE 14 FOCA	arrier area	Goiás Maria Sebastiana da Silva.	
				Experiência Profissional:	
				Secretária Acadêmica no Instituto	
				Tecnológico do Estado de Goiás	
				Maria Sebastiana da Silva	
-	03	Jaciara do	Coordenadora de	Especialização:	Docência e Gestão
		Prado	Unidade/	História e Geografia do Brasil pela	Pedagógica
		Gomes e	20h	Faculdade Católica de Anápolis	
		Silva		Graduação:	
				Licenciatura em História pela	
				Universidade Estadual de Goiás e	
				Pedagogia pela Faculdade São	
				Marcos	
				Experiência Profissional:	
				Coordenador de Unidade do	
				Pronatec no Instituto Tecnológico do	
				Estado de Goiás Maria Sebastiana da	
				Silva	
				Coordenadora Regional na Educação	
				a distância com o Projeto do	
				Governo Estadual de Goiás no	
				Programa Bolsa Futuro	
				Apoio Administrativo no Instituto	
				Tecnológico do Estado de Goiás	
				Maria Sebastiana da Silva	
-	04	Rodrigo	Supervisor de	Graduação:	Docência e Gestão
		Alberto	Eixo/	 Medicina Veterinária pela 	Administrativa
		Lopes	20h	Universidade Estadual de Goiás	
		-		Experiência Profissional:	
				 Gestão à Vista, além de experiência 	
				em docência superior e técnica	
	05	Solange	Supervisora de	Especialização:	Docência e Gestão
		Silva	Eixo/	MBA Gestão Fiscal e Tributária pela	Administrativa
		Moreira	20h	Faculdade Estácio (em andamento)	
				Graduação:	
				 Ciências Contábeis pela 	
				Universidade Anhanguera	
				(UNIDERP)	
				Curso Técnico:	
				Técnico em Comércio pelo Centro de	
				Educação Profissional (CEPP) de	
				Porangatu	
				Experiência Profissional:	
				• Contabilidade e áreas	
				administrativas e financeiras,	
				docência superior, técnica e EaD	
				Experiência Profissional Complementar	
				Empresa: Escon Contabilidade	
				Cargo: Assistente Departamento Pessoal e	



SECRETAR	CT STATISTAL HOLD	T	sed.go.gov.l
DESENVO	WIMENTO	Contábil. Período: 02 anos. Empresa: Concessionária de Rodovias Galvão BR-153. Cargo: Assistente Departamento Pessoal. Período: 09 meses.	
06 Thamyres Juno de Souza da Silva	Supervisora de Eixo/ 20h	Especialização: Gestão de Saúde Pública e Meio Ambiente pela Universidade Cândido Mendes Graduação: Bacharel em Enfermagem pela Faculdade do Norte Goiano e Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado de Goiás Experiência Profissional: Gestão à Vista, além de experiência em docência superior, Técnica Presencial e EaD	Docência e Gestã Administrativa
07 Claudiane Moreira da Silva	Apoio às Atividades Acadêmicas e Administrativas/ 40h	Especialização: Tutoria em EaD e Docência em Ensino Superior pela Universidade Candido Mendes (em andamento) Graduação: Sistemas de Informação pela Universidade Estadual de Goiás Curso Técnico: Técnico em Manutenção e Suporte em Informática pelo Instituto Federal do Tocantins (IFTO), Técnico em Segurança do Trabalho pelo SENAC Experiência Profissional: Ensino Profissionalizante e	Docência e T.I.

Ord.	Nome do Servidor	Cargo/ Função/ Jornada de trabalho	Resumo do Currículo: Titulação Máxima e Experiência Profissional	Componente (s) curricular (es) de possível atuação
1	Júlia Cássia Carvalho dos Santos	Professor Regente/ 60h	Especialização: MBA em Gestão de Pessoas Graduação: Bacharel em Administração Experiência Profissional Complementar: Professor Rede ITEGO/Supervisor de eixo PRONATEC-EaD/Professor PRONATEC-EaD	Matemática Básica
2	Thaline Borba de Oliveira	Professor Regente/ 30h	Especialização: Pós-graduação em Gerenciamento de Projetos Graduação: Bacharel em Administração Experiência Profissional Complementar:	Ética e Relações Interpessoais



Ord.	Nome do	Cargo/ Função/	Resumo do Currículo:	Componente (s)	
C. Déficit Pessoal Técnico Pedagógico					
			Professor regente PRONATEC – EaD / Tutora Externa da Faculdade UNIASSELVI / Contadora / Consultora empresarial		
			Experiência Profissional Complementar:		
	Guimarães	30h	Graduação : Bacharel em Ciências Contábeis		
	Rodrigues	Regente/	Controladoria	Social	
4	Railene	Professora	Especialização : MBA em Finanças e	Responsabilidade	
			ITEGO / Professor regente PRONATEC - presencial		
			Estadual de Educação / Professor Rede		
			Professora da Educação Básica na rede		
			Experiência Profissional Complementar:		
		60h	Graduação : Licenciatura Plena em Letras		
	Santos Scain	Regente/	e Linguagens	Instrumental	
3	Elisângela	Professora	Especialização: Pós-graduação em Educação	Português	
			Analista de RH		
			- EaD / Professor PRONATEC-presencial /		
	DESENVOLVIMENTO		Professor Rede ITEGO / Professor PRONATEC	Scargo.gov.b	
	SECRETARIA I	DE		sed on nov b	

Ord.	Nome do	Cargo/ Função/	Resumo do Currículo:	Componente (s)
	Servidor	Jornada de	Titulação Máxima e	curricular (es) de
		Trabalho	Experiência Profissional	possível atuação

Contratados à medida que os componentes curriculares forem ofertados mediante Processo Seletivo Simplificado (PSS) realizado pelo programa PRONATEC.

Aos cursos ofertados via Programa Nacional de Acesso ao Ensino e Emprego (Pronatec), objeto de Termo de Adesão firmado entre esta Secretaria e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC (SETEC/MEC), já está assegurado o corpo docente cuja seleção é realizada conforme cronograma de execução do curso, com os editais publicados no sítio da Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Goiás - http://www.sed.go.gov.br/post/ver/194282/editais---superintendencia-de-ciencia-e-tecnologia.

Em relação ao déficit de pessoal docente e técnico, à medida que os componentes curriculares forem executados, haverá Processo Seletivo Simplificado (PSS) realizado pelo Programa Pronatec para contratação.

10. PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

A informação e o conhecimento são requisitos indispensáveis para a vida profissional. Todos, sem exceção, precisam reavaliar seus conceitos, suas crenças e sua prática (incluindo sucessos e fracassos) para buscar renovação e atuar com mais segurança em seu cotidiano profissional.

Assim, consciente de sua responsabilidade frente ao mundo globalizado, o ITEGO, estabelece uma sistemática de aperfeiçoamento profissional técnico do pessoal docente, técnico e administrativo da equipe visando contribuir de forma significativa para o desenvolvimento do



profissional de cada colaborador, objetivando facilitar a reflexão sobre a própria prática elevando-a a uma consciência coletiva.

O programa de formação continuada acontece bimensalmente, através de encontros, cada um com duração de 4 horas, com todos os colaboradores da instituição, na utilização das semanas de planejamento no início de cada semestre letivo, além de cursos específicos programados pela mantenedora.

É previsto no Calendário Anual, sendo entregue logo no início do ano. A programação do encontro é realizada em reuniões com o grupo gestor para planejamento e organização. A abordagem metodológica é baseada em momentos de reflexão; dinâmicas de grupo; palestras com temas motivacionais, comunicação, planejamento, instrumentos e processos utilizados na instituição constituindo oportunidade para que os profissionais possam estar envolvidos constantemente em processos de desenvolvimento e de atualização profissional em consonância com os objetivos da instituição.

11. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Aos concluintes dos cursos serão emitidos:

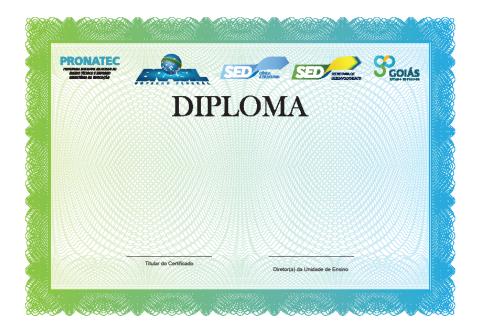
- a) Certificados de Qualificação Profissional com o título da ocupação certificada;
- b) **Diploma de Técnico** com o título da respectiva habilitação profissional, mencionando a área a qual o mesmo se vincula.

Os certificados e diplomas deverão ser acompanhados de históricos escolares explicitando as competências definidas no perfil profissional de conclusão do curso. Somente serão emitidos os certificados para as etapas com terminalidade e diplomas para a habilitação técnica, condicionados à aprovação e frequências mínimas exigidas.

A Secretaria Acadêmica reserva-se no direito de emitir os certificados e diplomas em até 120 (cento e vinte) dias após a conclusão da Etapa/Curso; caso necessária comprovação, nesse ínterim, será emitida uma declaração.



11.1. Modelo de Diploma







obtendo

11.1.1. Máscara do Diploma

O Instituto Tecnológico do Estado de Goiás ,

Unidade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de

Agricultura, Pecuária e Irrigação, nos termos das Leis nº 9.394/96 e nº 12.513/11, Decreto

Federal nº 5.154/04, Resolução CNE/CEB nº 6/12, CEE/CEP nº 04/2015 e autorização de funcionamento do curso CEE/CEP nº ,

confere o presente Diploma de

Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio em

do Eixo Tecnológico a

, CPF nº,

curso concluído em , com duração de

% de frequência, para que possa usufruir de todas as prerrogativas inerentes a este título.

-Goiás, de de

Diretor - alinhar nome

horas,

PORANGATU – Instituto Tecnológico do Estado de Goiás Maria Sebastiana da Silva Av. Mutunópolis s/nº, Zona urbana, Setor Jardim Brasília - Porangatu-GO - CEP: 76.550-000





11.2. Modelo de Certificado







11.2.1 Máscara de Certificado

O Instituto Tecnológico do Estado de Goiás , Unidade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação,

nos termos das Leis nº 9.394/96 e nº 12.513/11, Decreto Federal nº 5.154/04, Resolução CNE/CEB nº 6/12, CEE/CEP nº 04/2015

no âmbito do **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**confere o presente **Certificado de Qualificação Profissional** em

, CPF nº ,
curso concluído em , com duração de horas, obtendo % de frequência.
-Goiás,
de de .

Diretor - alinhar nome